



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

KETTILEN SANTOS LOPES

**A política externa de *Caiação* e Lima Barreto como contraponto literário:
*As lágrimas recorreram-me e eu pensei comigo: A pátria!***

JOÃO PESSOA

2022

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

KETTILEN SANTOS LOPES

**A política externa de *Caiaão* e Lima Barreto como contraponto literário:
*As lágrimas recorreram-me e eu pensei comigo: A pátria!***

Monografia apresentada ao Curso de Relações Internacionais da Universidade Federal da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de bacharel (a) em Relações Internacionais.

Orientador (a): Prof. Dr. Túlio Ferreira

JOÃO PESSOA

2022

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

L864p Lopes, Kettilen Santos.

A política externa de Caição e Lima Barreto como contraponto literário: as lágrimas recorreram-me e eu pensei comigo: A pátria! / Kettilen Santos Lopes. - João Pessoa, 2022.

73 f. : il.

Orientação: Túlio Sérgio Henriques Ferreira.
TCC (Graduação) - UFPB/CCSA.

1. Branqueamento. 2. Embranquecimento. 3. Política externa. 4. Lima Barreto. I. Ferreira, Túlio Sérgio Henriques. II. Título.

UFPB/CCSA

CDU 327

KETTILEN SANTOS LOPES

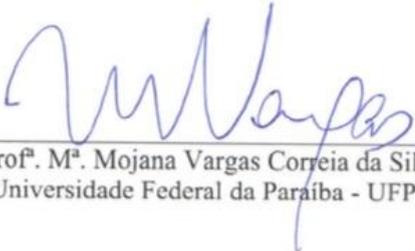
**A POLÍTICA EXTERNA DE CAIAÇÃO E LIMA BARRETO COMO
CONTRAPONTO LITERÁRIO: AS LÁGRIMAS RECORRERAM-ME E EU PENSEI
COMIGO: A PÁTRIA!**

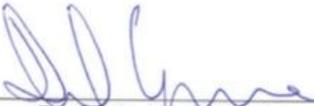
Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Relações Internacionais do Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), como requisito parcial para obtenção do grau de bacharel (a) em Relações Internacionais.

Aprovado(a) em, 13 de junho de 2022

BANCA EXAMINADORA


Prof. Dr. Fúlio Sérgio Henriques Ferreira – (Orientador)
Universidade Federal da Paraíba - UFPB


Prof. M^a. Mojana Vargas Correia da Silva
Universidade Federal da Paraíba - UFPB


Prof. Me. Daniel de Campos Antiquera
Universidade Federal da Paraíba - UFPB

RESUMO

Este trabalho busca demonstrar a existência do ideário de branqueamento na política externa brasileira no início da primeira república, e trazer a prosa literária de Lima Barreto como ilustração e contraponto de tal ideário. A metodologia utilizada consiste na revisão de literatura especializada com a elaboração de hipóteses dedutivas. Assim encontra-se lacunas referentes a estudos raciais em trabalhos cânones da área, assim como novas abordagens tentam evidenciar o tema. Acerca da utilização da obra literária atenta-se para seu contexto de produção e pano de fundo político, ao passo que foram selecionadas três formatos literários, sendo eles i. romance, ii. conto, iii. crônica. Essas obras respectivamente foram, i. *Memórias do escrivo Isaias Caminha*, ii. *O jornalista*, iii. *A volta*. As constatações evidenciam a abordagem racial no âmbito da política externa e seguem para o ideário de branqueamento através da atuação de agentes como Joaquim Nabuco e Barão do Rio Branco. Como contexto central do período, evidencia-se o cenário de modernização das grandes cidades brasileiras. Dado o projeto de modernidade, fazia-se necessário forjar uma nação branqueada e embranqueada. Assim caminha-se das teorias da *degenerescência* do mestiço para a conveniência da *democracia racial*. A literatura de Lima Barreto é utilizada de modo a ilustrar cada discussão através da elaboração de afetos a partir de sua posição marginalizada.

Palavras chave: Branqueamento. Embranqueamento. Política externa. Lima Barreto.

ABSTRACT

This paper seeks to demonstrate the existence of whitewashing in Brazilian foreign policy at the emergence of the first republic, as well as providing Lima Barreto's work as a literary illustration of and counterpoint to such political practice. The applied methodology consists of reviewing subject-specific literature and the elaboration of deductive hypotheses. Thus, gaps regarding racial studies are found in canon works in the area, followed by new approaches trying to highlight neglected issues. Regarding the use of the literary work, attention is brought to the context of its production and political background, while three literary formats were selected, namely i. romance, ii. tale, iii. chronic. The utilized works respectively were, i. *Memórias do escrivo Isaiás Caminha*, ii. *O jornalista*, iii. *A volta*. The findings show the racial approach within the scope of foreign policy and follow the practice of whitewashing through the actions of agents such as Joaquim Nabuco and Barão do Rio Branco. The temporal context under discussion is represented by the modernisation of large Brazilian cities. Given the project of modernity, it was necessary to forge a whitened nation. Thus, one moves from the theories of the *degeneration* of the 'mestiço' (mixed race) to the convenience of racial democracy. Lima Barreto's work is used in order to illustrate each discussion through the elaboration of affections from its marginalized position.

Keywords: Whitewashing. Foreign policy. Lima Barreto.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	7
2 SEÇÃO 1: Romance <i>Memórias do Escrivão Isaiás Caminha</i>	12
2.1 A PROSA LITERÁRIA DE LIMA BARRETO E AS TEORIAS RACISTAS DO SÉCULO XIX.....	12
2.2 O COMPONENTE “RAÇA” NAS ENTRELINHAS DA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA	19
3 SEÇÃO 2: Conto <i>O jornalista</i>	24
3.1 O CAMINHO DA NAÇÃO: ELITES DIRIGENTES NA POLÍTICA EXTERNA E O RACISMO EM MANUTENÇÃO.....	24
3.1.2 Os intelectuais e a construção da nação	25
3.1.3 A caiação	28
3.2 NABUCO EM WASHINGTON: “RAÇA” DAS ENTRELINHAS PARA A EXPLICITAÇÃO NA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA.....	31
3.2.2 O posicionamento de Joaquim Nabuco como reflexo das elites dirigentes	35
3.2.3 Continuidades brasileiras: branqueamento, miscigenação e democracia racial como complementos	36
3.3 TENTATIVA DE CATEGORIZAÇÃO PARA DISTINTAS ATENÇÕES TEÓRICAS: BRANQUEAMENTO E EMBRANQUECIMENTO.....	40
4 SEÇÃO 3: Crônica <i>A volta</i>	42
4.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DO DEBATE: DUALIDADE DA MODERNIZAÇÃO E A PEB.....	42
4.1.2 Realidade interna: a modernização e o embranquecimento material nas grandes cidades	44
4.1.3 A reforma de Pereira Passos no Rio de Janeiro (1902-1906): pretos e pobres longe dos centros	47
4.1.4 Cenário das políticas imigratórias brasileiras: continuidade do ideal de branqueamento e práticas de embranquecimento	51
4.2 O CONTEXTO EXTERNO: A FALÁCIA RACIAL ARGENTINA E O PRAGMATISMO BRASILEIRO NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS	52

4.2.2 Na Argentina não há negros? Uma rápida explanação do caso argentino	54
4.2.3 A chancelaria em linha tênue de explicitação: prestígios e silêncios do Barão do Rio Branco	55
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	59
REFERÊNCIAS	61
APÊNDICES	65
APÊNDICE A: O “PROBLEMA PARDO”	65
APÊNDICE B: MOTIVAÇÕES LITERÁRIAS	71

1 INTRODUÇÃO

Eventos recentes demonstram a necessidade de se debater os temas raciais de modo mais sistematizado. Nos noticiários, observa-se cenários que divergem das teorias que pregavam a “democracia racial” no Brasil ou a inexistência do racismo no seio das mais diversas nações. No caso brasileiro, depara-se com a violência cotidiana direcionada à população negra que, por processos históricos e escolhas políticas, foi relegada à periferia dos grandes centros e despojada de melhores condições materiais. Em 2022, o brutal caso de Moise Kabagambe¹ é elucidativo.

Nos Estados Unidos, o assassinato de Jorge Floyd evidenciou a violência corriqueira por parte das forças policiais e disseminou o levante de protestos em variadas cidades do globo, mesmo com o cenário da pandemia do covid-19². Posicionamentos acerca do movimento “Vidas negras importam” tomou conta das redes sociais e postagens repercutiam em protesto frente a violências racistas, demonstrando a circulação do debate.

Outro acontecimento recente e importante foi a fala do recém eleito presidente argentino, Alberto Fernandez. Ao elogiar a imigração europeia para o seu país, ele argumentou: “Os brasileiros vieram da selva, mas nós, os argentinos, viemos de barco. Eram barcos que vinham da Europa” (CENTENERA, El país, 2021)³. A frase repercutiu de modo negativo, tendo o presidente que se desculpar. Contudo, tais posicionamentos não carregam um peso neutro. Pelo contrário, refletem o esquecimento das contribuições de povos negros no país. A fala de Fernandez explicita as históricas iniciativas de *branqueamento* por parte do Estado argentino, estratégia que, combinada com a negação da existência do racismo, também foi utilizada pelo Estado brasileiro.

Em 1970, na primeira versão do relatório enviado ao Comitê para Eliminação da Discriminação Racial (CERD), o corpo diplomático brasileiro defendia que “uma vez que a discriminação racial não existe no Brasil, o governo brasileiro não vê necessidade de adotar medidas esporádicas de natureza legislativa, judicial e administrativa a fim de assegurar a igualdade das raças” (SILVA 2008, *apud* GELEDES, 2021, p.20). O discurso que nega a

¹ DURAN, Pedro; ARAÚJO, Thayana. CNN, RJ, 2022.

<<https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/policia-do-rj-ve-assassinato-de-moise-kabagambe-como-tragedia-social/>

²SODRÉ, Lu. Brasil de Fato, SP, 2021.

<<https://www.brasildefato.com.br/2021/05/25/george-floyd-um-ano-do-levante-global-que-entrou-para-historia-da-luta-antirracista>>

³ CENTENERA, Mar. El país, Buenos Aires, 2021.

<<https://brasil.elpais.com/internacional/2021-06-10/em-frase-desastrosa-fernandez-diz-que-brasileiros-vieram-da-selva-e-argentinos-dos-barcos-da-europa.html>>

existência do racismo na realidade brasileira teve espaço nos âmbitos oficiais até a década de 1990. De acordo com Geledés (2021) a mudança do posicionamento brasileiro se deu de forma decisiva a partir da pressão exercida pelo movimento negro, com ápice na “Marcha Zumbi dos Palmares pela cidadania e pela vida” em 1995.

A realocação do discurso brasileiro acerca do racismo dentre suas fronteiras, se deu efetivamente na Conferência de Durban em 2001. Desse modo, tem-se a atualidade da temática racial, assim como a evidência da necessidade de elucidação de estruturas raciais nas esferas políticas brasileiras. O presente trabalho busca demonstrar a existência do ideário de branqueamento na política externa brasileira no início da primeira república, e trazer a prosa literária de Lima Barreto como ilustração e contraponto de tal ideário.

A respeito do momento histórico escolhido, evidencia-se a transição do regime político do império para a república. Se com a transição de regime junto ao fim da instituição escravocrata, poderia-se instaurar uma reestruturação econômica e social brasileira, não foi o ocorrido. O caminho escolhido pelas autoridades brasileiras direcionou-se a continuidades em termos raciais. De acordo Hofbauer (1999), a escravidão e o branqueamento não são excludentes, mas sim, tendem a se complementar. Observa-se a construção de uma identidade nacional que mascara problemáticas internas e se projeta de maneira branqueada de modo a respaldar sua viabilidade de modernizar-se.

Em prefácio da obra de José Carlos dos Reis (2007) sobre as identidades do Brasil, Cardoso Silva traz a indagação acerca de qual identidade deve prevalecer para conduzir as escolhas políticas e fixar os termos de um projeto-nação brasileiro (p.5). Assim, parte-se das seguintes questões: como se manifesta o ideário de branqueamento no âmbito da política externa brasileira? Como a prosa literária de Lima Barreto pode servir de ilustração e denúncia desse ideário?

Dentro da discussão, pode-se separar o processo de “dar branco à cara” em duas vertentes. Sobre “branqueamento” e “embranqueamento” não há distinção fixa em bibliografia consolidada. Entretanto, com vistas à precisão conceitual, pretende-se a diferenciação dos termos visando a abordagem de âmbitos complementares. Para o que se refere à instância de representação é utilizado o termo *branqueamento*, pois ainda que o Brasil no início do século XX tentasse projetar-se branco através de suas elites, na prática não o era. Essa demonstra-se propriamente como a esfera de *Caiçã*o delimitada por Rodrigues (1963).

Em seguida, o termo “embranqueamento” é utilizado como referência a políticas implementadas de maneira a afastar as populações negras dos grandes centros e de posses materiais, ou seja, o processo interno atrelado à modernização. Os dois processos se

complementam, de modo em que, o primeiro sai do imaginário e se concretiza como política estatal. Contudo, se a questão material da modernização revela importante aspecto de poder nas relações nas relações internacionais, o aspecto ideacional é anterior no presente trabalho. É através do caráter representativo em termos de projeção nacional, que se fideliza a localização da pesquisa na área da Política Externa Brasileira.

A diplomacia brasileira nos primeiros anos do século XX saía da órbita de Londres, para se fixar em Washington. Nesse espectro é possível identificar a postura brasileira de “dar branco à cara” em suas instâncias de representação. A necessidade dessa formulação política denotava a presença das teorias raciais do século XIX, as quais instituíam a população branca como característica primordial para o desenvolvimento de uma nação. Para se aproximar da insurgente potência norte-americana era necessário se moldar em torno daquilo que a oferecesse certa vantagem, ou mesmo características identitárias e ideológicas que promovessem a possibilidade de alguma ação conjunta. Mesmo que evidente em entrelinhas, a raça era centralidade para considerações à época do início da primeira república.

Como estratégia brasileira buscava-se a diferenciação dos vizinhos sul-americanos, vendo a Argentina como principal adversária. Na crença da população argentina advinda da imigração europeia, o país vizinho era encarado como única nação verdadeiramente branca e superior racialmente no centro-sul do continente. Nesse contexto, o Brasil localizava-se em cenário de impossibilidade com vistas à modernização, devido às raças negra e indígena como suas bases populacionais. Assim, para possibilitar um futuro de desenvolvimento, era necessário branquear e embranquecer a nação.

Acerca do uso de obras literárias para a ilustração da discussão do trabalho, não é novidade que a literatura pode se cruzar com a idealização da nação. A literatura de ficção, utilizada como símbolo nacional e para a construção de símbolos, foi amplamente explorada após a independência do Império no Brasil. Essa literatura romântica e indigenista, contudo, servia de modo a complementar o interesse dos colonizadores (SILVA, 2014, p. 75-77).

A utilização da prosa literária de Lima Barreto, entretanto, visa o contraponto da narrativa das elites dirigentes. O literato não apenas viveu a realidade da população negra relegada às margens da sociedade, mas também a transpôs para sua prosa ficcional (SCHWARCZ, 2017; SILVA, 2014). Não obstante, a ilustração dos debates teóricos pretendida através da literatura do escritor, é postulada a partir do que Gomez (2018) propõe como uma leitura de-colonial. Lima Barreto demonstra uma quebra com as narrativas do Brasil idealizado e, nesse sentido, transforma-se em uma voz que dá vazão aos silenciados.

Essa voz coloca-se não em âmbito objetivo, neutro e universal, mas sim humaniza-se através dos afetos, na sensibilidade com os absurdos vividos e transcritos.

Em sequência, formula-se as seguintes hipóteses: i. é possível a utilização do texto literário de Lima Barreto para ilustração da discussão racial que aparece nas entrelinhas da política externa brasileira, ii. os ideais de branqueamento estão presentes na política externa através agentes como Joaquim Nabuco e o Barão do Rio Branco, iii. por meio da cópia do modelo de modernização europeu, fica visível a moldagem da nação brasileira ao ideal branqueado e embranquecido.

Assim o trabalho se desdobra nos seguintes objetivos específicos: i. delimitar a prosa literária de Lima Barreto como ilustração dos embates raciais e evidenciar considerações raciais na literatura cânone da política externa brasileira, ii. demonstrar o ideário de Caiação por parte das elites dirigentes e considerações raciais explícitas na atuação de Joaquim Nabuco em Washington, iii. relacionar o ideário de branqueamento nos contextos internos e externos em torno da modernização.

A metodologia consiste na revisão de literatura referente aos temas raciais e de política externa brasileira, para, combinada com recortes da obra de Lima Barreto, testar as hipóteses formuladas por este trabalho. Assim, foi escolhida uma obra do literato para cada seção, essas que se desdobram em capítulos. As seções trazem citações de Lima Barreto que ilustram a síntese das discussões teóricas presentes nos capítulos subsequentes. Os capítulos, portanto, revelam o esforço da concatenação dos conceitos e eventos que convergem ao objetivo geral do trabalho. A monografia possui caráter multidisciplinar e a modalidade de pesquisa utilizada refere-se ao levantamento bibliográfico junto à seleção de trabalhos que permitem elaborar o caminho proposto no tema de pesquisa.

Na primeira seção, utiliza-se o romance *Memórias do Escrivão Isaías Caminha* que relata a história de um jovem “mulato” que vai para a capital do Rio de Janeiro em busca de grandes realizações, mas que depara-se com a limitação baseada em seu *juízo à priori*. Nesse sentido, remonta-se ao cenário brasileiro à época dos anos iniciais da Primeira República no qual as teorias do darwinismo social importadas da Europa estabelecem a hierarquia das raças. Nesse momento a problemática brasileira se demonstra na inviabilidade como nação, dada sua realidade miscigenada e as teorias da degenerescência do mestiço.

Ainda nessa primeira seção, procura-se evidenciar a presença do componente “raça” na literatura considerada cânone do período. Essa evidência refere-se à procura por viabilidade da pesquisa uma vez que, a investigação racial na área da política externa da época, não possui base sólida na academia. Ao trazer o levantamento bibliográfico acerca da

PEB no início da primeira república, nota-se que as considerações raciais sempre estiveram presentes, mesmo que estas fossem relegadas a segundo plano e redigidas em entrelinhas.

Na segunda seção, utiliza-se o conto *O jornalista* de modo a demonstrar a ambiguidade da elite brasileira no que diz respeito a questões raciais. No conto, depara-se com a colocação de Lima Barreto que descreve um personagem sendo abolicionista apenas de acordo com o que lhe convém, além de relatar brevemente as posições sociais de poder em seu tempo. Adiante, ao que se refere à elaboração teórica, busca-se elucidar a busca pela formação do ideário da nação na época relatada e sua postulação a partir das elites dirigentes, dada a possibilidade de produção de discurso. No mais, evidencia-se o direcionamento do imaginário da nação ao ideal branco europeu, sendo esse, o único capaz de modernizar-se.

Na atuação de Nabuco em Washington, as considerações raciais podem ser explicitadas no âmbito da política externa. Era necessário construir a imagem do Brasil de modo a viabilizar a proximidade com os Estados Unidos. Nessa missão, o diplomata temia o olhar de desconfiança para a população mestiça no Brasil. Partindo do cenário de inviabilidade da nação, no transcorrer do tempo, a questão da mestiçagem abandona a teoria da degenerescência, e passa a compor uma estratégia de branqueamento. No contexto em que a miscigenação então se transforma na maneira brasileira de se aproximar do branco, a teoria da democracia racial se demonstra elementar.

Adiante, se a caiação predomina nas instâncias representativas brasileiras, o fenômeno também passa a prevalecer de modo material. Na terceira seção, com a crônica *A volta*, Lima Barreto traça o panorama da política externa com referência direta ao Barão do Rio Branco. Em linhas iniciais o literato denuncia a postura do chanceler, dada sua política de prestígio, ao passo que as más condições econômicas e sociais da população interna, são ignoradas. Em seguida, Lima Barreto versa sobre Buenos Aires como parâmetro comparativo devido às iniciativas da modernização, e registra em tom de ironia, que se a grande capital do prata não tem pretos, o Rio de Janeiro não deve ter pretos (BARRETO, 1915).

Por fim, se a literatura considerada cânone para o estudo da política externa nos anos iniciais da primeira república não traz o componente racial como centralidade, as considerações raciais estão presentes nas entrelinhas. Ao considerar novos fazeres teóricos, com contínuo levantamento bibliográfico, postula-se que as considerações raciais são basilares para a delimitação brasileira como uma nação. Desse modo, é traçado o cenário que sai da mera construção de imaginário branqueado e passa a compor estratégias políticas e realidades materiais de embranquecimento no Brasil.

2 SEÇÃO 1

As lágrimas recorreram-me e eu pensei comigo: A pátria!

(Lima Barreto em Recordações do Escrivão Isaías Caminha, pág. 77)

2.1 A PROSA LITERÁRIA DE LIMA BARRETO E AS TEORIAS RACISTAS DO SÉCULO XIX

Nos anos iniciais da Primeira República, era notável a instabilidade política e a necessidade de elaboração de um projeto de nação para os novos Estados Unidos do Brasil (SILVA, 2014; PELLEGRINI, 2014; PECAUT, 1990). Similaridades com os Estados Unidos da América poderiam ser elucidadas não apenas naquela nomenclatura que batizava a nova república do sul, mas também no esforço para a aproximação entre as duas nações nos finais do século XIX e início do século XX (RICUPERO, 2017; BURNS, 1997; SANTOS, 1991).

Dentre os elementos presentes de aproximação das duas maiores repúblicas do continente, o componente racial terá um papel de destaque, mesmo que disposto em entrelinhas pelos autores que representam o cânone da literatura científica. A raça tem centralidade uma vez que os Estados nesse período voltam-se ao projeto de modernidade. Para tanto, faz-se necessário construir o imaginário social como nação viável, ao mesmo tempo em que se busca posicionamentos externos que permitam a realização do projeto de nação moderna (PELLEGRINI, 2014; REIS, 2005; SKIDMORE, 1976).

É nesse cenário que os ideais de *branqueamento*⁴, não podem se descolar do projeto de nação nos anos iniciais da Primeira República brasileira. É nesse mesmo contexto que vigora a ampla noção instaurada pelas teorias raciais do século XIX que explicitam a hierarquia das raças e colocam as populações negra e indígena como um empecilho ao desenvolvimento da nação (PELLEGRINI, 2014; SKIDMORE, 1976).

Nina Rodrigues, caracterizado por Skidmore (1976) como “jovem doutor mulato”, foi o primeiro pesquisador a estudar a influência africana no Brasil de maneira sistemática. Assim se tornou o principal doutrinador racista no Brasil de sua época, cunhando a noção que chamava de “o problema negro”⁵. Antes de Nina Rodrigues, os estudos de caráter antropológico realizados no Brasil se dirigiam aos “povos primitivos”, esses sendo relacionados às remotas tribos indígenas (p. 74-75).

⁴ Conceito apresentado na introdução. De modo breve, é aplicado no presente trabalho como a instância em caráter representativo.

⁵ O título do texto contido em apêndice faz menção a essa referência.

No trabalho de Carolina Pelegrini (2014), é possível encontrar elaborada a noção corrente naquela conjuntura que imputa aos indígenas e, enfaticamente, aos negros, as raízes do atraso do Brasil. Esse ‘mal’ da nação poderia ser evidenciado por duas razões principais. A primeira sendo o evento natural do evolucionismo racial no qual a superioridade é branca; e, a segunda, pelos efeitos da própria escravização, gerando indivíduos submissos, apáticos ao trabalho e afins. Pior que o negro ou indígena em seus fenótipos puros, seriam os mestiços que herdariam o que era concebido como pior de cada uma dessas raças. (p. 17-19).

Ao contrário do ocorrido nos Estados Unidos, no Brasil não era possível uma segregação de duas castas distintas. A miscigenação no Brasil se impunha como realidade de longa data, sendo parte dessa mesma mestiçagem, ainda que de modo não reconhecido, algumas personalidades ascendidas à elite. Os brasileiros não tinham escolha à sua realidade multirracial. Contudo, o vigor da teoria de *degenerescência do mulato* compunha o imaginário social do final do século XIX e início do século XX. (SKIDMORE, 1976, p. 70-73).

Skidmore registra que Nina Rodrigues “nem se desculpava de dizer que as características raciais inatas afetavam o comportamento social e deveriam ser levadas em conta por legisladores e autoridades especiais” (1976, p.76). O referido etnólogo, com base nos seus estudos sobre os afro-brasileiros, defendia que a responsabilidade penal das raças inferiores não podia ser tratada de forma igual à das raças brancas civilizadas. Assim, os mestiços eram encarados como aqueles com principal potencial para regredir em termos da civilização (SKIDMORE, 1976).

É nesse contexto que se destaca a produção literária de Lima Barreto. O escritor, homem negro, era testemunha direta e material dos reflexos de tais teorias raciais que habitavam o imaginário social de sua época. Nesses termos, sua obra e ação representam um contraponto às iniciativas políticas de seu tempo. O literato descreve, pela voz do personagem Isaías Caminha, na cena da abordagem de um delegado, situação típica do racismo inoculado e manifesto na sociedade brasileira.

Dessa vez tinha-o compreendido, cheio de ódio, cheio de um santo ódio que nunca mais vi chegar em mim. Era mais uma variante daquelas tolas humilhações que eu já sofrera; era o sentimento geral da minha inferioridade, decretada a priori, que eu adivinhei na sua pergunta. (BARRETO, 1971, P. 76)

Isaías Caminha era esse “mulato” condenado à priori como *o mal da nação* e como raiz da incapacidade brasileira de desenvolver-se. Para Silva (2014), Recordações do escrivão Isaías Caminha, obra da qual foi extraída o título da presente seção, “reflete a ruptura com a identidade nacional idealizada e com mentalidade racista predominante no século XIX” e

“coloca no centro das atenções a formação da nacionalidade brasileira, caracterizada pela exclusão dos negros e mestiços” (SILVA, 2014, p. 103).

Skidmore (1976) explicita em discursos de pensadores sociais, propagandistas e variados intelectuais, o ideário de condenação do “mulato” na sociedade brasileira. "Era familiar a teoria da degenerescência latina, que se fizera corolário da escola histórica do pensamento latino” (p. 79). Nesses termos, os povos que eram destinados a grandes conquistas eram aqueles de ascendência inglesa, os norte-americanos, e não os que tinham base latina.

O imaginário compartilhado por esses intelectuais era de que o Brasil não poderia chegar aos altos graus de desenvolvimento como o vizinho do norte, devido às suas origens negras, indígenas e, pior, dado seu caráter de mestiçagem, essa considerada como a degenerescência das raças. O escritor Afonso Henriques de Lima Barreto, ‘mestiço’ que viveu de 1881 a 1922, opunha-se e denunciava frontalmente tais teorias racistas. Para ele, era absurdo considerar aprioristicamente a inferioridade do “mulato”.

Barreto expressa o tratamento que recebia como *mulato*, e a carga de inferiorização que esta categoria continha, pela voz do personagem Isaías Caminha:

Não tenho pejo em confessar hoje que quando me ouvi tratado assim, as lágrimas me vieram aos olhos. Eu saíra do colégio, vivera sempre um ambiente artificial de consideração, de respeito, de atenções comigo; a minha sensibilidade portanto estava cultivada e tinha uma delicadeza extrema que se ajuntava ao meu orgulho de inteligente e estudioso, para me dar não sei que exaltada representação de mim mesmo, espécie de homem diferente do que era na realidade, ente superior e digno a quem um epíteto daqueles [mulato] feria como uma bofetada. Hoje, agora, depois de não sei quantos pontapés destes e outros mais brutais, sou outro, insensível e cínico, mais forte talvez; aos meus olhos porém, muito diminuído de mim próprio, do meu primitivo ideal, caído dos meus sonhos, sujo, imperfeito, deformado, mutilado e lodoso. Não sei a quem me compare, não sei mesmo se poderia ter sido inteiriço até ao fim da vida; mas choro agora, choro hoje quando me lembro que uma palavra desprezível [mulato] dessas não me torna a fazer chorar. (BARRETO, 1971, p. 72)

Nesses termos, vale lembrar a trajetória do personagem que, apesar de todas as suas iniciativas e glórias acumuladas até então, não se destaca por “seus méritos” perante a sociedade em que tentava se inserir ao sair do seu interior e ir para a capital do Rio de Janeiro. Adiante, para além de mera questão individual de um personagem de ficção, está o que evidencia Pellegrini (2014). De acordo com a autora “o fundamental a ser compreendido a respeito do debate em torno da raça e da miscigenação, nos fins do século XIX até os anos de

1930, é que mais do que definir o que era o brasileiro, a discussão girava em torno de definir a nação” (p. 18).

De modo a não confundir os escritos do autor com meras alegações pessoais, faz-se necessário entender o contexto de sua escrita. Buscando-se, caso possível, a vinculação com a política externa brasileira. A Literatura de Lima Barreto aqui evocada pretende ser ilustração daquilo que era constatado em teoria. Neste sentido, pode-se considerar este trabalho aproxima-se das contribuições de-coloniais. Neste sentido, este trabalho inspira-se na perspectiva de Gomez (2018) que analisa excertos de *Triste Fim de Policarpo Quaresma*. Tal obra estudada por Gomez não será o foco deste trabalho, mas auxilia a revelar o traço literário de Lima Barreto que: i. questiona a verdade universal das pretensas ciências ocidentais europeias; e ii. gera a possibilidade a expressão de um oprimido silenciado.

Neste sentido, a prosa literária de Lima Barreto traz consigo “histórias silenciadas, as quais vão confrontar com o discurso da modernidade” (GOMEZ, 2018, p. 39). Se em *Policarpo Quaresma* o protagonista tenta recuperar uma língua silenciada (o tupi-guarani dos povos originários brasileiros), nas *Memórias do Escrivão Isaías Caminha*, tem-se um personagem autônomo que possui capacidade narrativa, fala por si, traz sua humanidade em caráter de descrições emocionais ao lidar com processos de tratamentos racializados, esses que são tramados muito além do escopo individual no qual experiencia o protagonista.

A importância de quando se fala em sentimentos através de Isaías Caminha pode se revelar como uma “tentativa de visibilizar aquilo que era negado, a humanidade dos escrav(izados), a igualdade entre um homem branco e um homem negro” (GOMEZ, 2018, p. 38). Nesses termos, o jovem Isaías que sai do interior com devido histórico de sucesso nos seus estudos primários, como pessoa em busca realização em suas potências, assim como possível colaborador na construção de uma realidade melhor para seu país, se surpreende com curioso tratamento ao qual se via relegado. Como mestiço ou “mulato”, o personagem se concretiza, irremediavelmente, como descendente de pessoas escravizadas.

Em desdobramento da narrativa e de um processo histórico, Isaías Caminha é impossibilitado de ter o básico para seguir em seus objetivos, e, quando sofre a discriminação rasa e infundada por parte do delegado, situação de explícita conotação racista, menciona: “As lágrimas escorreram-me, e eu pensei comigo: a pátria!” (BARRETO, 1971, p. 77). Ao discorrer sobre a prosa literária de *Lima Barreto e o mito da identidade nacional*, Silva (2014) traz a complexidade do conceito de mito e tenta condensá-lo como “a explicação, por meio de imagens, de uma realidade, que propicia ao homem consciência de si mesmo e do mundo” (SILVA, 2014, p. 10).

É nesse aspecto de construção de imagem que o literato parte de suas experiências pessoais e abarca a realidade mais ampla. Assim, Lima Barreto é demonstrado como ilustração do debate teórico que compõe o tema deste trabalho. Parte-se da definição de identidades para se pensar a nação e, a partir de então, sua viabilidade de tornar-se moderna. Lima Barreto é uma das vozes de contraponto aos embates e imposições das teorias de cunho racial do século XIX.

Consequentemente, é uma voz em contraponto às políticas elaboradas a partir do ideário superior da *branquidade*⁶. O literato traz à tona enfrentamentos pulsantes e sistematizados por meio de histórias, críticas e sentimentos de seus personagens e, assim, conclama por sua humanidade legitimada e questiona o ideal branco e universal da pátria, esse que marginaliza outras vozes e as fazem caladas.

Lima Barreto desempenha um importante papel no “processo de construção da ideia de brasilidade operado pela literatura” (SILVA, 2014, p. 11). No trabalho de Silva retorna-se à elucidação dos intelectuais brasileiros em propagação da noção de mazelas da raça negra e indígena, chegando, novamente, ao ideal de branqueamento da nação. Antes de se chegar ao ideal de branqueamento, contudo, era norteadora e dada a percepção “quanto maior o número de mestiços em um país, maior era a degenerescência de sua população” (SKIDMORE, 1976, p. 79-80). Assim, pode-se novamente atrelar o relato de Isaías Caminha em tamanha ofensa sentida ao ser tratado com hostilidade através do termo “mulato”.

Quando Skidmore (1976) aborda o “branqueamento como a solução brasileira”, o mesmo alega, “aceita pela maior parte da elite brasileira nos anos que vão de 1889 a 1914, era a teoria peculiar ao Brasil” (p. 81). São nesses termos em que se estabelece as principais distinções de como o tema racial foi tratado por parte da atuação do Estado no caso brasileiro e no caso de outros contextos como o dos Estados Unidos. Uma das principais teses da estratégia de branqueamento seguida pelo estado brasileiro, era de que dada a superioridade branca, na mistura, esse seria o gene a ser prevalecido (PELLEGRINI, 2014; COSTA, 2010, HOFBAUER, 1999).

Ainda em Skidmore (1976) são duas as suposições que enfatizam a superioridade branca. Em primeiro lugar, a de que a população negra diminuía progressivamente devido à taxa de natalidade menor e a incidência maior de doenças e dificuldade de organização social da mesma. Em segundo, a certa naturalidade da miscigenação em composição de uma população cada vez mais clara, isso, nas palavras do autor acerca de tais constatações, isso se

⁶ Conceito de Koehler (2018) em diferenciação de branquitude.

devia “em parte porque o gene branco era mais forte e em parte porque as pessoas procurassem parceiros mais claros do que ela” (ibidem, p. 81).

Nesse sentido pode-se constatar não uma coincidente mudança na maneira de encarar o fenômeno do mestiço no Brasil, mas sim, uma nova tentativa que permitia uma viabilidade para o projeto de uma nação mais branca, mais civilizada, portanto, mais possível de encaminhar-se para aquilo que seria um projeto de nação moderna. Como assinala Pellegrini (2014), “sendo o Brasil constituído em sua maioria por cidadãos mestiços, até então vistos como motivo do atraso nacional, era imprescindível repensar sobre a mestiçagem assim como sobre o papel que lhe cabia no desenvolvimento do país” (p. 20).

Desse modo, assiste-se a nova colocação do tema da miscigenação em chave interpretativa conveniente. A miscigenação agora não produziria meramente indivíduos degenerados, mas sim, tornava possível o caminho para uma nação mais branca, tanto *branqueada* como *embranquecida*. Assim tal perspectiva ganhou espaço no imaginários das elites dirigentes com seu teor “científico” através do relatório do diretor do Museu Nacional, João Batista de Lacerda, que foi intitulado como “Mestiços no Brasil” e apresentado I Congresso Internacional das Raças, acontecido em 1911 na cidade de Londres (SKIDMORE, 1976, p.81).

Nesse trabalho, o responsável coloca em questionamento anteriores constatações acerca do indivíduo mestiço e traz sua aproximação do ideal, podendo ser confundido com o branco através de algumas gerações. Como conclusão da sua perspectiva, atribui “em virtude desse processo de redução étnica, é lógico esperar que no curso de mais um século os mestiços tenham desaparecido do Brasil” (LACERDA, 1912, *apud* SKIDMORE, 1976, p. 83). Os dados apresentados por Lacerda nessa conferência demonstravam que, durante um século, ou seja, projeção para 2012, “a população branca subiria a 80% enquanto a negra cairia para zero e a mestiça para 3%” sendo completada a população brasileira com 17% de sua parte indígena (ibidem p. 84).

Em período atual e com base nas constatações do IBGE, demonstra-se evidente o equívoco da teoria. Contudo, ainda abordando os termos da construção de imaginários da nação, tem-se novamente o que pode ser destacado da contribuição narrativa do personagem Isaías Caminha. Essa que, no excerto a seguir caminha para outro caminho menos pernicioso que a eliminação de todo um pertencimento racial, mas que, contudo, revela algum imaginário de perspectivas ao longo de um século e o sofrimento, novamente, que o ser “mulato” encarava em dado momento:

Entretanto, isso tudo é uma questão de semântica: amanhã, dentro de um século, não terá mais significação injuriosa. Essa reflexão, porém, não me confortava naquele tempo, porque sentia na baixeza do tratamento todo o desconhecimento das minhas qualidades, o julgamento anterior da minha personalidade que não queriam ouvir, sentir e examinar. O que mais me feriu foi que ele partisse de um funcionário, de um representante do governo, da administração que devia, tão perfeitamente como eu, a consciência jurídica dos meus direitos ao Brasil e como tal merecia dele um tratamento respeitoso. (BARRETO, 1971, P. 76).

Lima Barreto é voraz em suas críticas. Flerta neste excerto com o que aconteceria em termos da mudança de perspectiva acerca do indivíduo “mulato”, ou mesmo a nação mestiça. Contudo, distinto daquilo que poderia cogitar seu personagem através do que registra em “não terá mais uma significação injuriosa”, assiste-se a uma mudança que não devolve a humanidade em potência para esses sujeitos e nação, mas sim, disfarça-os e torna os mesmo como uma possibilidade viável para aquilo que é o ser universal e branco, assim, tornando possível o caminho à modernidade ao passo em que se abandona o que é incapaz e primitivo.

É nesse cenário que o trabalho de Pellegrini dialoga diretamente com o presente exposto. A autora que insere sua produção na área de pesquisa de política externa demonstra como a questão da miscigenação transpõe o lugar de “mal da nação” para aquilo que denomina de “singularidade cultural” brasileira, processo esse no qual pode-se falar de sua consolidação a partir da década de 1930 com novas produções intelectuais e virada política. Contudo, ainda faz-se importante deixar registrado acerca desse processo de incorporação do discurso da miscigenação por parte do Estado, a noção da “permanência nas entrelinhas e nos preconceitos velados, do ideal de branqueamento da nação, associado à superioridade cultural da civilização branca ocidental” (PELLEGRINI, 2014, p.12).

Por fim, em sequência de levantamento deste campo de referencial teórico e sua localização na subárea das Relações Internacionais, remonta-se à seguir às brechas que se referem à tratativa dos embates que envolvem raça na política externa brasileira (PEB). Embates raciais esses que, dentro da literatura cânone representam até então, apenas um lugar de menor valor nas considerações políticas, sendo portanto, uma discussão sempre secundária quando não “inexistente”. Assim, capítulo a seguir, busca-se demonstrar o elemento raça disposto nas entrelinhas da PEB.

2.2 O COMPONENTE “RAÇA” NAS ENTRELINHAS DA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA

Alguns trabalhos são essenciais para traçar o panorama geral da construção da política externa nos primórdios da república brasileira. Rubens Ricupero (2017) delimita três eixos para se pensar a atuação diplomática no período, sendo eles i. a política territorial, ii. o relacionamento assimétrico de poder entre as grandes potências e iii. as relações de relativa simetria com os países vizinhos (RICUPERO, 2017, p.287). Esse cenário de atuação nos três eixos, contudo, se concentra na figura carismática do Ministro das Relações Exteriores, José Maria da Silva Paranhos Júnior, o Barão do Rio Branco.

Acerca da importância da figura de Rio Branco para a delimitação da política externa brasileira pode-se elencar trabalhos como o de Antônio Carlos Lessa (2012), Manoel Gomes Pereira (2012), Katia Baggio (2000), além de outros clássicos também cruciais para este presente esboço, Amado Cervo e Clodoaldo Bueno (2010) e de Bradford Burns (1964).

Ainda no trabalho de Ricupero encontra-se o trecho: “Nem antes, nem depois, surgiu figura-símbolo tão perfeita dos valores e das aspirações que os brasileiros imaginam corresponder à “ideia do Brasil” (RICUPERO, 2017, p.256). Nesse parágrafo, Barão do Rio Branco é frisado como a representação acabada do que é o ideal da diplomacia brasileira e como refundador da política externa do período. Como concepção corrente, a mesma figura é reconhecida como o “pai da diplomacia brasileira” e nomeia o atual centro de formação dos funcionários que entram para o quadro diplomático na capital do país.

Tamanho prestígio da figura de Rio Branco se deu, sobretudo, por sua política de delimitação de fronteiras, seguida por certa universalização da política externa brasileira, na qual se destaca o fenômeno de aproximação dos Estados Unidos que persiste como chave da diplomacia brasileira em tempo presente.

Sem contornos, a questão territorial é centralmente tratada, assim como na explanação de Ricupero, no trabalho de Bradford Burns (1997) acerca das Relações Internacionais do Brasil na primeira república. O foco para delimitação de fronteiras como nos casos de Bolívia e Paraguai, contudo, também apontava a margem para os embates com a Argentina na disputa de influência pela região. Nesse cenário de disputa com a Argentina que então é possível destacar aquilo que se propunha como razões de superioridade, entre elas, a população resultante da imigração europeia

Nas décadas iniciais da Primeira República as relações com a vizinha Argentina foram especialmente más. Os dois rivais olhavam desconfiados um para o outro. Ambos procuravam trazer os Estados-tampão do Uruguai e do Paraguai para suas esferas de influência. Entendia a Argentina que o maior tamanho e a maior

população do Brasil eram compensados pela terra mais rica dos Pampas, pelo clima argentino mais salubre, por um número maior de imigrantes europeus e um índice mais rápido de desenvolvimento econômico da área do Prata. (BURNS, 1997, p. 401)

Como presente no trecho acima, a questão racial não é colocada no centro de análise. Os estudos mais consolidados que tratam do período delimitado focam em elementos de discussão mais tradicionais, como o território. A percepção de superioridade alegada à Argentina devido ao maior número de imigrantes europeus é tratada como elemento de segundo plano, uma soma para sustentar a posição em vantagem relativa ao Brasil. Como na seção anterior, contudo, a perspectiva de uma população europeia atrelada a um índice mais rápido de desenvolvimento econômico não é despreziosa e aleatória.

Para seguir em apontamentos do cânone em delimitação do contexto, Ricupero (2017) explana a gestão de Rio Branco como a responsável pela criação do paradigma de duplo movimento diplomático. Sendo estes i. o cunho universalista nas relações assimétricas com maiores potências, e ii. a pretensão integralista nas relações de relativa assimetria com os vizinhos latino-americanos, ao passo que considera resolvidos seus litígios de fronteira. Nesse cenário na busca de “grandes amizades internacionais” é o momento de aproximação *ao ideal do monroísmo* norte-americano, nação que se colocava como um novo peso no jogo internacional.

No trabalho de Norma Breda (1991), diferente de Ricupero, são traçados dois eixos mais gerais para a formulação da política externa da primeira república. A presença de dois eixos ao invés de três, se refere à abordagem direta acerca da aproximação com os Estados Unidos. Breda não divide a busca por novas relações em âmbitos assimétricos e de relativa simetria, como faz Ricupero. Assim, a autora traz o primeiro eixo de formulação da política externa como sendo a “substituição da parceria britânica por estreitos laços com Washington” (SANTOS, 1991, p.258) e o segundo como sendo a manutenção de uma antiga tendência, como já mencionada, a questão das fronteiras. No que se refere à percepção dos Estados Unidos como uma nova potência em ascensão, Breda aborda

Na nova configuração mundial do desenvolvimento capitalista, a potência emergente são os Estados Unidos em substituição à hegemonia britânica. A diplomacia brasileira acompanhará esse movimento nas relações internacionais, enquadrando-se pragmaticamente à autoridade da nova potência mundial. Os Estados Unidos se tornam, cada vez mais, o novo centro de gravidade da diplomacia brasileira, cuja influência variará somente em intensidade. (SANTOS, 1991, p.259)

Sobre esses eixos e a constatação da nova potência emergente, a autora também destaca uma figura específica. Além de trazer a citação de Teixeira Soares (1945) em seu trabalho acerca do Barão do Rio Branco e a diplomacia brasileira⁷ pelo antigo IHGB⁸, Norma Breda delimita em conclusão de seu artigo “cabe mais uma vez lembrar o período em que o Barão do Rio Branco ocupou a pasta das Relações Exteriores como referência mais notável das duas linhas básicas da diplomacia brasileira durante a Primeira República” (SANTOS, 1991, p.270)

Assim, ainda abordando a importância do Ministro das Relações Exteriores que perdurou no cargo de 1902 a 1912, ao tratar da questão das fronteiras, a autora destaca o princípio utilizado com maestria nas negociações pelo mesmo, o *uti possidetis factus*⁹. Ao trazer divergências de interpretação relativas à legitimidade do princípio, a autora alega a importância da coerência e consistência na defesa de mesmas linhas gerais. Contudo, além de tal, pode-se destacar o pragmatismo na amizade com os Estados Unidos.

Como presente em Ricupero, a estratégia brasileira em aproximação com os norte-americanos “contava, além disso, se não com o ativo comprometimento dos Estados Unidos, ao menos com sua neutralidade benevolente nos problemas fronteiriços com os vizinhos” (RICUPERO, 2017, p. 289). Nessa perspectiva de novo cenário de aproximação com a potência emergente, é que se faz possível encontrar as tratativas que dizem respeito à raça na política externa brasileira, mesmo que necessitando adentrar nas entrelinhas do cenário mais geral que acontecia no momento.

Nesse contexto de aproximação com os Estados Unidos que a perspectiva contida na Doutrina de Monroe é acatada pelos formuladores da política externa brasileira. O simples ideal de “América para os americanos” retorna às prioridades brasileiras em momento de resolução de seus litígios de fronteira ao passo que a Guiana francesa, Guiana Holandesa¹⁰ e Guiana Inglesa se situam ao norte da recente república.

Assim, como no caso da espera por “neutralidade benevolente” dos Estados Unidos em relação às tratativas de fronteira com os vizinhos ao sul, esperava também “sustentação em relação aos europeus em eventuais dificuldades limítrofes ou políticas” (RICUPERO,

⁷ “No período republicano, o Barão do Rio Branco foi, aos olhos do povo, a única personalidade (sem ser chefe de Estado) que se confundia com a própria noção de Pátria”. (SOARES, 1945, p.175)

⁸ Instituto de Histórico e Geográfico Brasileiro de 1838, surgido após a independência do Império brasileiro, na necessidade de pesquisas para tornar viável a criação de uma imagem para a nação. Reforça-se novamente o fenômeno da nação e a importância da identidade para a coesão.

⁹ A autora traz a distinção do “uti possidetis” meramente jurídica que reconheceria o valor dos tratados limites anteriormente acordados, para a utilização do princípio de “uti possidetis factus” a qual atribui o direito do território àqueles que o ocupa de fato.

¹⁰Futuro Suriname.

2017, pág. 289). Como uma troca, contudo, o Brasil ofereceria aos norte-americanos “um apoio diplomático no continente em favor das posições de Washington em questões hemisféricas” (Ibidem, pág. 289).

Acerca desse posicionamento brasileiro em apoio aos interesses estadunidenses pode-se elencar as Conferências Pan-americanas. Assim, Breda discorre acerca da Terceira Conferência Pan-americana realizada em 1906 no Rio de Janeiro, na qual

As relações interamericanas apresentam-se especialmente tensas em consequência da política do “big stick” de Roosevelt e das intervenções norte-americanas no Panamá (1903-1904) e na República Dominicana (1905). (N)A atitude de suspeição dos países latino-americanos e às propostas destes objetivando discutir a situação política do momento, a reação norte-americana é de omitir da agenda da conferência toda e qualquer questão de caráter político, no que pode contar com a cumplicidade brasileira. (SANTOS, 1991, p.262).

Em seguida e no espectro desse acontecimento, contudo, um aspecto central é levantado por Breda (1991) e Ricupero (2017) através de dois elementos. Era a importância da imagem do Brasil, tanto como o país de maior proximidade em relação aos norte-americanos, assim como na pretensa aparência de um país modernizado em predomínio relativo a seus vizinhos

Era o que asseverava Nabuco ao dizer que a política de aproximação com Washington equivalia ao “maior dos exércitos, à maior das marinhas”(…) Barão acenava para o mesmo fenômeno: a importância da percepção e da imagem, ingredientes do prestígio diplomático, por sua vez apreciável componente do poder.” (RICUPERO, 2017, p. 290).

Adiante, explicita Breda acerca da Conferência Pan-americana “para o evento, a cidade do Rio de Janeiro é substancialmente modernizada a fim de bem impressionar seus visitantes” (SANTOS, 1991, p. 263). A denominada política de prestígio era característica idiossincrática de Rio Branco, e com a entrada em cena de Joaquim Nabuco, formularão as bases de estreitamento com os Estados Unidos. Em seguida, a moldagem daquilo que se entende por Brasil, a construção do imaginário acerca do que constitui a nacionalidade brasileira, será chave da atuação do nomeado embaixador em Washington (REIS, 2005). A crítica presente na prosa literária de Lima Barreto pode ser atrelada a ambas instâncias.

Por fim, na alegação pragmática, aproximar-se dos Estados Unidos convinha devido ao cenário de nova potência econômica e de fortalecimento e apoio nos casos de negociações de fronteira, tanto com Europa quanto com vizinhos latino-americanos. Adiante, a

aproximação também convinha às pretensões brasileiras mais amplas como o insurgente interesse de modernizar-se, além da pretensão do exercício de liderança perante os vizinhos do sul. (RICUPERO, 2017; BURNS, 1997; SANTOS, 1991).

3 SEÇÃO 2

“[Nabor] era abolicionista, porque... os seus escravos ele os tinha vendido com a fazenda que herdara; e os poucos que tinha em casa, dizia que não os libertava, por serem da mulher.”

(Lima Barreto em conto "O jornalista", 1979, p. 35)

3.1 O CAMINHO DA NAÇÃO: ELITES DIRIGENTES NA POLÍTICA EXTERNA E O RACISMO EM MANUTENÇÃO

A estimativa da população negra brasileira, entre os livres “de cor” e os ainda escravizados, em meados do século XIX compunha 58% do contingente social (COSTA, 2010; SKIDMORE, 1976). “Este número incomodava a elite política, preocupando inclusive abolicionistas como Joaquim Nabuco, que levantavam dúvidas sobre a constituição de uma sociedade liberal numa sociedade que apresentava grande contingente populacional não-branco” (2010, p. 2). Em seguida, a preocupação referia-se aos constructos da nação. No presente trabalho é central os embates que remetem à construção da identidade nacional.

Nesta seção, o cerne de discussão refere-se à explicitação do ideário de branqueamento no âmbito da política externa. Na seara das relações exteriores encontra-se o que é possível elencar o fenômeno de *Caição*, esse delimitado conceitualmente por José Honório Rodrigues (1963). Em termos de contexto, retoma-se a narrativa do “prejuízo” que oferece as heranças das raças negra e indígena dada população mestiça no Brasil, percepção corrente nos anos iniciais da primeira república. Posteriormente, com base na construção de intelectuais, se caminha para a solução encontrada no mestiço como uma possibilidade brasileira de embranquecer-se, aproximar-se do branco.

A partir da década de 1930, a ideia de *singularidade* brasileira engloba algo do que será encarado como *democracia racial*, baseia-se em processo contínuo e natural da mistura das três raças. Tal narrativa, contudo, converge a um momento cujo discurso estatal necessitava de uma nova narrativa para construção própria, um projeto viável rumo à modernidade. Assim pôde-se delimitar a ideia de “miscigenação natural”, em amenizados conflitos materiais, sociais e afetivos de modo a ser a mestiçagem, agora a identidade nacional do Brasil (PELLEGRINI, 2014; SKIDMORE, 1976).

A ideia do Brasil como nação miscigenada com base na democracia racial, entretanto, faz parte de uma construção histórica e política de modo instrumentalizado. Enquanto a nova elaboração acontece, é sustentado o mascaramento de um cenário que mantém presente a estrutura que partiu da mão de obra escravizada, junto à concepção de inferioridade das raças não-brancas. Rumo à modernidade, ainda que, como país agrário-exportador, a elite dirigente da nação brasileira age para transformar a maneira de olhar para si, contudo, permanece sem respaldar e atentar-se para a sorte daqueles que “o sangue de seus avós regou o eito” (BARRETO, 1915).

A mudança do ideário do mestiço como mal da nação para a singularidade nacional como presente em Pellegrini (2014) desenha-se de modo mais sistemático a partir da década de 1930. O que é importante entender desse cenário de mudança, contudo, refere-se ao que elucida a autora "embora tenha sido adotada como singularidade da cultura nacional, a miscigenação não implicou na construção de uma sociedade isenta de preconceitos" (p. 16). O que é esboçado brevemente pela autora, pode ser devidamente atrelado ao caso das postulações de Joaquim Nabuco. Se o personagem histórico foi um dos mais veementes abolicionistas no Brasil, foi também um apoiador do dado ideal de branqueamento e embranquecimento brasileiros (COSTA, 2010; REIS, 2005, SKIDMORE, 1976).

3.1.2 Os intelectuais e a construção da nação

De acordo com Pécaut (1990), no início do século XX havia o problema da unidade nacional. Portanto, questões relativas à definição do que vem a ser o povo brasileiro e a nação. Em período que se estende e avança os anos 1930, a questão da identidade nacional e reformulação das instituições políticas brasileiras mostram-se como preocupação dos intelectuais. Segundo o autor, a responsabilidade de organizar a nação foi tomada pelas elites no poder. Neste sentido, “os intelectuais têm ainda mais motivos para participar, na medida em que constitui um fato indissolúvelmente cultural e político: forjar um povo é também traçar uma cultura capaz de assegurar a sua unidade.” (PÉCAUT, 1990, p. 14).

A noção de identidade nacional aqui presente encontra formulação em Hall (2006). Segundo o autor, as identidades nacionais “são formadas e transformadas no interior da representação” (p.48). Essa representação carrega em si, um conjunto de significados que atribuem sentido dentro do sistema de representação cultural. A esfera dos significados

refere-se à representação simbólica da nação e, nesse sentido, seus cidadãos não são apenas indivíduos legais, mas também partilham da ideia formulada de um povo. Assim tem-se a base geral do que vem a ser uma comunidade imaginada (HALL, 2006, p. 47-50).

Sobre trabalhos literários serem usados como instrumento para composição de um imaginário acerca de uma nação, encontram-se variadas contribuições. Em outro marco importante para o cenário de rupturas políticas na história brasileira, evidencia-se a utilização da carta de Pero Vaz de Caminha que, à época da proclamação de independência de Portugal, serviu como “discurso fundador da nação” (SILVA, 2014, p.65). Nesses termos, a identidade e imagem de um país remontam novamente à construção baseada nos interesses do colonizador, ou seja, daquele que detém o poder do discurso.

Ainda em Hall, “a formação de uma cultura nacional contribuiu para criar padrões de alfabetização universais” (2006, p. 48). Entre estes padrões inclui-se uma única língua para a nação, uma cultura homogeneizada, dentre outras instituições culturais de formação (HALL, 2006; GOMEZ, 2018). Nesse sentido, o conto de Lima Barreto denominado “O jornalista”, traz importante consideração acerca de posições sociais

As pessoas importantes eram o juiz de direito, o promotor, o escrivão, os professores públicos, o presidente da Câmara e o respectivo secretário. Este, porém, O Salomão Nabor de Azevedo, descendente dos antigos Nabores de Azevedo de “serra acima” e dos Breves, ricos fazendeiros, era o mais. Era o mais porque, além disto, se fizera jornalista popular do lugar. (BARRETO, Lima. O jornalista *In*: A Nova Califórnia, 1979, p. 35)

Essa consideração acerca das posições sociais se demonstra como importante devido aos lugares de exercício de poder e contínua possibilidade de formação do imaginário dos cidadãos. Assim, Nabor de Azevedo, além da origem de importante família dona de terras, fazia-se o personagem mais importante do contexto narrado a partir de sua possibilidade de utilização da mídia como jornalista. Em consideração ampla deste fragmento, paralelos à realidade do cenário político brasileiro podem ser feitas. Joaquim Nabuco parte dessa origem de elite econômica e política, assim como se utiliza da mídia para construir uma imagem brasileira em sua atuação como diplomata nos Estados Unidos.

Apesar do conto não se referir diretamente às questões da política externa, o literato traça um importante constructo acerca do funcionamento da sociedade brasileira em sua época. Além disso, avança para constatações que podem abarcar a formação de um imaginário nacional, o que pode-se evidenciar com base nas citações de Hall (2006). Essa postulação fica mais nítida quando se retorna à trajetória do personagem Isaías Caminha e

rememora-se a sua revolta em ser tratado como mulato e incriminado à priori pelo delegado, além de quando escorrem suas lágrimas e o cidadão lembra-se “ a pátria”.

Adiante, Hall elenca um primeiro elemento sobre como é contada a narrativa da cultura nacional. Em aspecto central, essa narrativa da nação “é contada e recontada nas histórias e nas literaturas nacionais” (2006, p.52), além dos complementos da mídia e cultura popular. Desse modo, Lima Barreto não só demonstra o poder ilustrativo de sua literatura quando cria um personagem que experiencia as dores de ser um mulato na nação que se idealiza branca, como avança quando registra o poder de certas posições sociais dada capacidade de molde ao imaginário, com destaque para o papel da mídia.

Ainda em Silva, “a formação da brasilidade atendeu aos interesses ideológicos da elite pátria” (2010, p. 64), e essa elite pátria, presente nas grandes esferas decisórias, permaneceu a mesma na passagem do império para a república. Quando Silva se refere à construção da imagem brasileira a partir dos interesses do colonizador, retorna-se ao diálogo com Gomez (2018). De acordo com o último, a colonialidade não é apenas constitutiva da modernidade, como é também a sua matriz de poder (p. 17). A partir dessa perspectiva de-colonial que a prosa literária de Lima Barreto demonstra-se novamente reveladora.

Adiante, na perspectiva da nação como uma comunidade imaginada, havia os esforços de construção da identidade brasileira. Esforço de construção este que também se referia às possibilidades de projeções externas. Acerca do papel, “os intelectuais se colocam acima da grande massa, responsabilizando-se, quase num sentido missionário, pela construção da identidade que define o que é Brasil” (PELLEGRINI, 2014, p.30). Em continuidade, esses pensadores participam ativamente da política e ultrapassam o mundo das ideias, sensibilidades e representações, ao passo que direcionam o país ao projeto de modernização.

Esse direcionamento ao projeto de nação moderna evidencia ações concretas na realidade. A imagem brasileira foi uma constante preocupação nas tratativas de política externa de 1890 a 1914 (SKIDMORE, 1976, p. 146). Nesse momento existiam os propagandistas da república que dirigiam seus esforços para reverter o imaginário negativo acerca do Brasil. Desse modo, a possibilidade de utilização da imprensa fazia-se fundamental dada a necessidade de fazer propagandas mais eficazes na Europa (p.148). Essa propaganda era elaborada de modo a atrair imigrantes, assim como se poderia demonstrar os esforços internos atrelados à modernização dos grandes centros.

Acerca da imprensa brasileira, “no fim de 1904, comparava os esforços do Brasil aos da Argentina e dos Estados Unidos na Itália, e reclamava campanha mais bem planejada” (SKIDMORE, 1976, p. 148). O imaginário do qual partiam essas elaborações, contudo, não

deve ser esquecido. As formulações direcionavam-se ao ideal civilizatório branco e europeu. No encontro de ações organizadas, pode-se elucidar a articulação entre o mundo das ideias com o mundo político (PELLEGRINI, 2014; SILVA, 2014, HALL, 2006).

Ainda em diálogo possível a partir dos trabalhos de Silva (2014) e Gomez (2018), elucidada-se a América colonizada como tendo seu início através de uma ideia. Questiona-se a atribuição do território como um “mundo novo”, é alegado que o nome “engendrou” a realidade e, nesses termos, houve a invenção daquilo que foi desprovido de sua história e encarado como uma promessa futura. Nesse âmbito, também pode-se evidenciar a necessidade da nova república em demonstrar sua viabilidade como nação, frente ao ideário do projeto de modernização.

Nessa sequência, confere-se os esforços por parte das elites brasileiras em conformar uma identidade nacional. Como disposto em Hall, "uma cultura nacional é um discurso - um modo de construir sentidos que influencia e organiza tanto nossas ações quanto a concepção que temos de nós mesmos" (2006, p. 50). O papel dessa formulação do discurso, com possibilidades de reprodução e repercussão dos sentidos, contudo, era tomado por aqueles que ocupavam posições de poder. Como presente nos trechos de Lima Barreto, os importantes da cidade eram o juiz, o promotor e o escrivão, os professores públicos, o presidente da câmara e seu secretário. Entretanto, o mais poderoso, era Nabor, figura de família rica e fazendeira, esse que agora era jornalista popular do local (BARRETO, 1921).

Assim, no que se refere à criação da ideia de nação, como presente em Pecauc (1990) a tarefa era relegada ao intelectuais e posições que compunham a elite, de modo que estes se faziam como intérpretes das massas populares. Por intermédio desses, se construía sentidos e o horizonte desejável. Sendo esse horizonte, um ideal modernizador e branqueado, tanto em representação, como em ações políticas para embranquecer a população.

3.1.3 A Caição

A elite brasileira ao se visualizar como branca e reproduzir o discurso hierárquico europeu, remete ao que o historiador brasileiro José Honório Rodrigues (1963) delimita como *Caição*. O autor localiza a origem do termo através de elites mineiras e baianas, assim elucidando “o conservantismo nacional tem sua principal origem nos grupos familiares mineiros e baianos (...) que, desde a Colônia, dominam as terras, e desde a Independência, comandam a política” (RODRIGUES, 1963, p.113). No presente trabalho, os atores destacados nos âmbitos da política externa remetem a origens distintas em plano de estados da

nação, contudo, preservam a característica de elite familiar, dominação de terras e comando da política.

Adiante, no que se refere a termos raciais, a ideia de caiação é mais diretamente delimitada quando o autor se refere a essas elites dirigentes como “gente branca cercada também pela multidão negra e mestiça e auxiliados pelos caiados, tem constituído a maior parte das minorias dirigentes brasileiras” (RODRIGUES, 1963, p. 114). José Honório (1963) segue em sua análise histórica ao revelar que a maior atuação desse grupo de elite branca se deu na área de política externa com o Ministério das Relações Exteriores desde seus primórdios, tendo sido ocupado e dirigido pela ilha de bacharéis¹¹ advinda, sobretudo, segundo o autor, da elite baiana.

Acerca dessa mesma elite, o historiador argumenta sobre o complexo de caiação “a elite baiana, vivendo no mundo mais africanizado do Brasil, compensa sua brancura, ocidentalizando-se e latinizando-se¹²” (RODRIGUES, 1966, p.51). Dentro dessa delimitação do autor, destaca-se a atuação de Joaquim Nabuco em Washington. Na postura do diplomata, encontra-se a explicitação da preocupação com a mestiçagem brasileira junto às tentativas do branqueamento em representação nacional.

Em outros termos, Raquel Glezer (1976) em sua tese de doutorado que versa sobre “o saber e o fazer na obra de José Honório Rodrigues” traz questões centrais acerca do que envolve o conceito de *Caiação*. Alega-se que o perigo de tal fenômeno seria o distanciamento da realidade nacional. Nisso, esses dirigentes pertencentes a famílias de elite branca, apesar de serem originários de áreas de maioria de população negra e mestiça, tendem a ignorar tal cenário (p.75). No que é chave para a ideia de caiação

Resulta disto o que chama de equívoco de representação. Este grupo concebe a realidade brasileira, desafricanizando-a e purificando-a de seus elementos não europeus, o que os transforma em pessoas alienadas da realidade. Por este mesmo equívoco, considera sua tarefa primordial europeizar a população, “civilizando-a” e “educando-a” por seus padrões ideais. (GLEZER, 1976, p.75).

Em cerne, o conceito de caiação originado por José Honório remete diretamente às iniciativas das elites dirigentes em branquear e europeizar o Brasil em sua representação. As decisões políticas convergiam a essa direção, mesmo que tal iniciativa tivesse de passar pela temida mestiçagem da época, e a nação tivesse que se relegar a segundo plano no novo jogo de forças que começava a se desenhar pelo continente.

¹¹ Época da referida “ilha de letrados no mar de analfabetos”. Cenário da crítica de Lima Barreto sobre “A universidade” a ser trazida para o Brasil e ao que o escritor denominou por “superstição doutoral”.

¹² Substituição de numerosas línguas para o alfabeto latino.

Outros trabalhos ainda versam sobre o termo de caiação. Entre eles, a produção de Fernando Guimarães Reis (2013) que se intitula no ideal de “uma academia renovada na produção do diplomata brasileiro”, traz contribuição interessante ao entrelaçar o complexo de caiação ao caráter formalístico do Itamaraty, este à sombra de um patrono. Assim, alega o autor acerca da diplomacia brasileira, “vítima de um “complexo de caiação”, com predomínio incontestado do “jurisdicismo”. (...) em muitos casos o déficit de influência internacional do país era compensado pelo prestígio pessoal do agente” (p. 93).

Ao retratar a questão jurdicista e o fazer patrono em prestígio pessoal nos âmbitos do Itamaraty, Reis (2013) nesse trecho se refere ao Barão do Rio Branco. No mesmo âmbito, se observa as críticas enunciadas por Lima Barreto. Acerca do poder e imaginário construído ao redor dos intelectuais e bacharéis brasileiros outra passagem do romance de Isaías Caminha, assinala Lima Barreto

Foram os primeiros legisladores que deram à carta esse prestígio extraterrestre... Naturalmente teriam escrito nos seus códigos: tudo o que há no mundo é propriedade do doutor. Era uma coisa de outra casta para a qual eu entraria, e desde que eu entrasse nela seria do osso, sangue e carne diferente dos outros- tudo isso de uma qualidade transcendente, fora das leis gerais do universo e assim das fatalidades da vida comum. (BARRETO, 1971, p.36)

Ao demonstrar sua revolta, incluindo a crítica à academia e àqueles que usufruíam de seu acesso, Lima Barreto denuncia as ilusões desfeitas a partir da posição “mulata” e marginalizada. Na crônica “A volta”, o literato traz críticas diretas ao patrono da diplomacia brasileira em seu projeto de prestígio da nação ao passo em que “esquece”, ou mesmo mascara, a população brasileira não conveniente aos ideais europeizantes.

Em seguida, no reforço ao que se refere o conceito de caiação, outra contribuição curta e interessante é a de Alexandre de Freitas Barbosa (2010) presente em coluna de jornal intitulada como “Brasil e África: outro horizonte”. Nesse trabalho, Barbosa remonta ao histórico brasileiro de distanciamento em relação à África, este que não só renega o passado ou o que foi o presente colonial, como também busca afastar as bases de formação da sociedade e povos brasileiros. Assim, continua “O complexo de caiação de nossas elites teria se fundado no desprezo e vergonha pelos alicerces sociais da nação. Daí o caráter subordinado da nossa política externa” (BARBOSA, 2010, p.1)¹³.

¹³ Citação de jornal. Disponível em <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/463348/noticia.htm?sequence=1>>

A partir dessa última contribuição, volta-se novamente aos ideais de branqueamento da nação, aqui presente em sua instância representativa, na qual se estampa o termo caiação. Contudo, os processos de negação das bases negras e indígenas da sociedade brasileira alcança variados escopos, saindo do branqueamento como uma ambição representativa e se materializando em projetos no cunho de tornar a população branca, sobretudo, através do incentivo à mestiçagem.

Anteriormente a esse projeto secular acontecer, contudo, outras práticas de embranquecimento eram possíveis de ser identificadas no período de formação do Brasil República, ou como denominado na época, dos Estados Unidos do Brasil. Essas práticas materiais de embranquecimento estiveram atreladas à implementação de moldes europeus no que foi o processo de modernização das grandes cidades brasileiras e atração da mão de obra europeia. A modernização passou a ser a orientação buscada pelas elites dirigentes, entre as quais se localizava o Barão do Rio Branco junto à Joaquim Nabuco no âmbito da política externa.

3.2 NABUCO EM WASHINGTON: “RAÇA” DAS ENTRELINHAS PARA A EXPLICITAÇÃO NA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA

O estreitamento dos laços entre os Estados Unidos e o Brasil então se dá de modo recíproco em 1905 quando os dois países elevam à classe de embaixada ambas as capitais. Para ocupar o cargo em Washington, Rio Branco nomeia Joaquim Nabuco. Acerca desse momento, é central o trabalho de Paulo José dos Reis Pereira (2005) que investiga a atuação de Joaquim Nabuco em Washington.

Com centralidade para o presente exposto, está a consideração racial. Em contínua explanação do cenário do posicionamento brasileiro no período, mesmo que a abordagem racial ainda esteja em entrelinhas, no referido trabalho de Reis, tais considerações aparecem de maneira muito mais explícita. O início de tais explicitações raciais pode ser encontrado no artigo que resume sua dissertação de mestrado orientada por Clodoaldo Bueno. Nesse, afirma Reis acerca de Nabuco

Imbuído de influências européias, empolgado pela centralidade internacional desse continente, sua tradição aristocrática e monárquica, além das idéias políticas do pensador inglês Bagehot. Encontrava, no entanto, nos Estados Unidos um povo da mesma raiz racial que os ingleses e, por isso, com potencialidades latentes (REIS, 2005, p.9).

Nabuco, apesar de ser um dos grandes nomes a defender o fim da instituição escravocrata no Brasil, era também uma das personalidades que defendia o branqueamento da população, dadas as teorias racistas que atrelavam a mestiçagem como o mal da nação (COSTA, 2010; HOFBAUER, 1999). A descendência da superioridade branca e europeia podia assim ser remetida ao sucesso em desenvolvimento norte-americano, ao passo que aquele país se tornava referência para as formulações brasileiras ao mesmo tempo que havia o esforço na promoção da aproximação com o referido.

Nas palavras de Reis, “Nabuco exercitava, nessa perspectiva, a construção de uma identidade nacional referida na civilização norte-americana como característica dessa nova fase de vida, algo que se mescla com os próprios rumos da cultura brasileira da época” (2005, p.13). Acerca dos rumos da cultura brasileira na época, sobretudo, no que concerne à construção de uma identidade nacional, elenca-se as estratégias de branqueamento. Para se dirigir aos esforços de aproximação com os Estados Unidos, com centralidade na já referida importância dada à imagem do país por Rio Branco e Nabuco, é que se pode efetivamente resgatar o termo *Caiação* de José Honório Rodrigues (1965). Nessa linha de pensamento, continua-se com Reis

As táticas utilizadas por Nabuco e Rio Branco nesse trajeto de aprofundamento dessa aproximação foram diversas. A primeira, pela recorrente propaganda de diferenciação do Brasil em relação aos povos hispano-americanos, tentava convencer os norte-americanos dos bons auspícios que poderiam trazer ligação estreita com os brasileiros. (REIS, 2005, p.15)

O uso da imprensa incipiente foi uma tática basilar na atuação de Nabuco. No fragmento do conto de Lima Barreto acima, destaca-se a importância revelada pelo papel do jornalista. Assim, o literato vincula os âmbitos do progresso e a posição de centralidade da mídia “Uma cidade como esta, a pátria de tantas glórias, de tão honrosas tradições, sem essa alavanca do progresso que é a imprensa, esse fanal que guia a humanidade -não é possível!” (BARRETO, 1979, p. 35).

Em seguida, em outros trabalhos que versam sobre o fazer político de Nabuco, destaca-se a discussão sobre sua obra “O abolicionismo”. É certo que em análise históricas faz-se necessário não cair no risco do anacronismo, contudo, o presente trabalho busca a evidência dos posicionamentos que dão centralidade às concepções de raça. Nesse sentido, faz-se importante elucidar o imaginário que orientava a práxis do importante personagem político brasileiro. Assim, na obra de Nabuco é possível caracterizar o seu posicionamento

com liberal com formulações “moderadas e pragmáticas”, ao passo que a preocupação como um abolicionista era devido a “associação da escravidão como instituição contrária ao progresso da nação” (PERLLATO, ano, p. 13).

Ainda de acordo com Perlato (2010) “Nabuco flerta com ideias raciais vindas da Europa e as transpõe em seu texto (p.5). Nesse momento no qual a raça tem sua tratativa biológica e pretensamente científica, a ideia do progresso como a expressa preocupação de Nabuco, passa pelas constatações do darwinismo social que elabora estágios para o desenvolvimento da espécie humana (HOFBAUER, 1999). Nesse espectro, revela Pereira (2019) “O propósito, com base em teorias raciais clássicas que pregavam a existência de raças “inferiores”, era construir uma sociedade de maioria “branca” através, principalmente, do suporte dos trabalhadores imigrantes brancos vindos da Europa (p.3).

Adiante, fazia-se necessário moldar o imaginário acerca da nação brasileira em âmbitos externos, e assim Nabuco seguiu suas estratégias. Na distinção do Brasil acerca dos povos hispano-americanos, a raça faz-se elementar. Nessa direção, remonta-se a citação destacada de Bradford Burns (1997) no início desse mesmo tópico que revela a Argentina em sua crença de superioridade relativa ao Brasil devido à sua população em nível maior de imigrantes europeus. Já na dissertação de Reis (2005) depara-se novamente com a explanação direta e clara referente a Nabuco

Ele via na mestiçagem um fator de descrédito nacional que deveria ser revertido. A abolição havia aberto o caminho para o “clareamento social” brasileiro, mas era necessário incentivar a imigração européia no sentido de acelerar esse processo e semear para o futuro do Brasil um povo branco, no qual “o cruzamento de raças inferiores se absorva de todo”. Esse temor se refere ao fato de que, nos Estados Unidos, “a grande propaganda argentina é essa: que são o único povo branco, ou verdadeiramente branco, da América do Sul”. (REIS, 2005, p.162)

O posicionamento de Joaquim Nabuco, mais uma vez representa as contradições do posicionamento brasileiro formulado por suas elites. As contradições, contudo, podem ser desmistificadas uma vez que se entende a trajetória do pensamento racial introduzida no Brasil. Retornando às primeiras seções do presente trabalho, Pellegrini (2014) demonstra que a miscigenação não passa a ser uma consideração igualitária entre os grupos envolvidos, mas sim, uma maneira de aproximar-se do que é branco e assim permitir a projeção do desenvolvimento atrelado à modernização.

O negro na população continua sendo o entrave a ser continuamente excluído e apagado, enquanto que no clareamento das gerações, o futuro progresso do país poderia ser alcançado. Esse clareamento como uma fatalidade para a eliminação da população negra, prevista

para o século seguinte, voltava-se ainda à superioridade genética branca que prevaleceria contra os traços da negritude¹⁴ (PELLEGRINI, 2014; HOFBAUER, 1999; SKIDMORE, 1976). Essa preocupação com a materialidade do embranquecimento, contudo, era o plano de um projeto enquanto o branqueamento representativo prevalecia nas formulações políticas e instâncias de poder através das elites brasileiras.

Propriamente na estratégia de branqueamento e na importância da representação, Reis argumenta sobre a decisão de Rio Branco nomear Nabuco para a embaixada criada em Washington. A motivação demonstrava-se para além do posicionamento de Nabuco fortemente favorável à doutrina de Monroe, somava-se “o fato de Rio Branco também ter a preocupação de mandar para o exterior somente pessoas de bom aspecto e aparência européia para dar prestígio à “raça” brasileira nos meios internacionais” (REIS, 2005, p.70).

Segundo Skidmore (1976), acerca do Barão do Rio Branco e a promoção da imagem brasileira no exterior “desejava, acima de tudo, demonstrar o Brasil como país culto. Uma maneira de fazer isso (e ele o fez) era preencher as fileiras do serviço diplomático com homens brancos que estrangeiros pudessem considerar civilizados e refinados” (p. 151). Como segue o autor, a elaboração da propaganda brasileira visava “reforçar a imagem de um país europeizado que se tornava mais e mais branco (ibidem, p. 151).

Como correspondências diretas, Paulo José dos Reis (2005) menciona em seu trabalho as trocas de correspondências que foram bases para as noções compactadas e atribuídas aos referidos agentes no âmbito da política externa da época. Algumas cartas mencionadas são de Joaquim Nabuco ao Barão do Rio Branco (1902), ao Rodrigues Alves (1904) e a Tobias Monteiro (1905). Desse modo, tal menção de posicionamento das elites da diplomacia brasileira ainda pode ser investigada através de fontes primárias em arquivos históricos.

Adiante, a construção da imagem brasileira no exterior está intimamente relacionada com a busca pela imigração branca e europeia. Nesse aspecto, os dois movimentos de branqueamento e embranquecimento retornam como fundamentais. Para forjar alguma identidade e atrair a população branca, as representações brasileiras se voltavam para a elite caída com cultura voltada para a Europa.

Adiante, a atração da imigração branca visava crucialmente transformar o povo brasileiro numa nação embranquecida.

A modernização das grandes cidades, de mesmo modo, revela o andamento das estratégias paralelas. Representa-se uma nação branca nos espaços de poder com privilégios e

¹⁴ Tese “sobre os mestiços no Brasil” apresentada por João Batista de Lacerda no Congresso Universal das Raças, em 1911.

prestígios convenientes, assim como aplica-se na realidade as estratégias materiais de embranquecimento. Essas estratégias de embranquecimento se referem ao afastamento da população preta de áreas centrais das grandes áreas urbanas, assim como à busca pela imigração branca, com o incentivo da miscigenação. Em novo cenário de conveniência, a miscigenação se tornaria a solução brasileira, dadas as teorias raciais nas quais os genes caucasianos prevaleceriam e assim a população negra se extingiria da nação.

Por fim, em perspectiva atualizada chama-se atenção para a explanação de Silvio Almeida (2018) acerca do racismo estrutural. Através do panorama de construção da política externa brasileira ainda nos primórdios da república, depara-se com as alegações raciais atreladas à economia da modernização e ações políticas voltadas para tal. “Dessa forma, é possível afirmar que a ideologia do branqueamento, inculcada até a história recente e atual do nosso país, foi e é crucial nas formas concretas e simbólicas de manutenção do racismo estrutural” (PEREIRA, 2019, p.9).

Culmina-se, desse modo, num processo de subjetividade que pode ser projetada à construção da identidade nacional baseada no branqueamento representativo, o denominado projeto de caiação das elites brasileiras. A raça em centralidade das formulações brasileiras é o próprio funcionamento em normalidade de suas instâncias políticas, esteja o fenômeno racial presente nas entrelinhas ou explicitado em estratégias de caiação, reforçando, conseqüentemente, as variadas e longínquas iniciativas materiais de embranquecimento.

3.2.2 O posicionamento de Nabuco como reflexo das elites dirigentes

Nesse espectro, o sarcasmo de Lima Barreto no excerto “[Nabor] era abolicionista, porque... os seus escravos ele os tinha vendido com a fazenda que herdara; e os poucos que tinha em casa, dizia que não os libertava, por serem da mulher” (BARRETO, 1979, p. 34), é revelador acerca dos posicionamentos demonstrados pelas elites políticas brasileiras. Se inicialmente a postura de Joaquim Nabuco pode ser considerada como contraditória, ao partir da investigação de estratégias de branqueamento na realidade brasileira, demonstra-se como uma continuidade não aleatória.

De acordo com Pereira (2019) “o racismo no Brasil foi sedimentado a partir de posturas muito específicas, conscientes e bem elaboradas, que dificultaram e dificultam a completa identificação dos impactos” (p.2). Nesse sentido, também há a convergência para o ideário da democracia racial, que, novamente, mascara os interesses de branqueamento por

trás do incentivo à miscigenação. Essa realidade presente no seio da sociedade, mais uma vez demonstra o fenômeno de Caiação evidenciado por José Honório Rodrigues (1963). Com o “cal” utilizado no construto da imagem brasileira projetada, a estrutura racial nas fronteiras internas ao país, permanece com a marginalização e noção da inferioridade da população negra.

Por entendimento acerca dessa continuidade histórica brasileira, a síntese de Hofbauer (1999) se faz primordial. Segundo o autor, a “escravidão e branqueamento não se excluem, mas tendem a se complementar” (p.8). Assim, constata-se a transição política do império para o presente regime republicano de modo a mascarar o racismo estrutural no seio da formação brasileira, enquanto segue-se no ideal de um país branqueado e embranquecido. A preocupação com a referida época, contudo, se revela pelo momento histórico de transição de regime político e possibilidade de se repensar a estruturação brasileira com base em novos ideais republicanos.

Ao contrário da possibilidade acima, é revelado por Pereira (2019) “as condições que mantinham a estrutura das relações raciais intactas no Brasil são renovadas constantemente como condição para a manutenção do racismo instalado no país” (p. 10). A sequência histórica dessa formulação que visa a atuação política em torno do branqueamento, desemboca no ideário da democracia racial. A existência do imaginário de mistura das raças de modo natural e passivo, reflete na recusa do Brasil em assumir a existência do racismo até os anos finais do século XX. No relatório inicial para a Primeira Conferência Mundial contra o Racismo em Genebra, já na década de 1970, podia-se notar a resistência da diplomacia brasileira em assumir o racismo existente dentre as fronteiras nacionais.

Nesse sentido, outras formulações acerca do cenário discutido fazem-se importantes de serem destacadas. Seguindo com Pereira, “Sabe-se que a necessidade de camuflar os conflitos no Brasil é antiga” (2019, p.7). Assim evidencia-se noções que, antes do imaginário da *democracia racial* ser delimitado de maneira mais sistemática por parte de Gilberto Freire, Nabuco já trazia algumas de suas noções basilares. Como primeira noção, destaca-se a pretensiosa colocação da existência de uma relação harmoniosa entre os senhores e os *escravizados* na sociedade brasileira (HOFBAUER, 1999).

Adiante, como primeiro destaque, é válida a denúncia do posicionamento de Nabuco a enfatizar esquema de passividade da população negra cativa. Como presente em Costa (2010), Nabuco alega dentre as suas postulações acerca do abolicionismo “a escravidão, por felicidade nossa, não azedou nunca a alma do escravo contra o senhor, falando coletivamente, nem criou, entre as duas raças, o ódio recíproco que existe naturalmente entre os opressores e

os oprimidos.” (p.3). Cabe destacar que esse imaginário não apenas é falso, como pretende diluir consciências e desfazer ameaças de revoltas que poderiam abalar o status quo da elite no poder (PEREIRA, 2019, HOFBAUER, 1999, PERLATTO, 2010).

Dentro dessa discussão, a preocupação de Nabuco acerca das possíveis revoltas de cativos, também se faz presente em seu trabalho sobre o abolicionismo. Como alega Perlatto (2010), havia o medo da existência de planos de revoltas articuladas entre pessoas escravizadas pelas variadas partes das Américas. Nesse sentido, Nabuco em seu posicionamento liberal reafirmava, “era necessário fazer a abolição antes que os cativos se revoltassem” (p.9). Nesse sentido, esforços para o fim da escravização defendidos pelo futuro embaixador em Washington, convergiam ao caráter político liberal, moderado e pragmático do agente. Sendo a característica do “pragmatismo” comumente atribuída ao Barão do Rio Branco.

A superioridade branca europeia, não deixara de fazer parte do posicionamento político de Joaquim Nabuco e dos agentes que ocupavam as grandes esferas de poder. Assim observa-se as futuras formulações políticas partindo das elites brasileiras de modo a dar continuidade às estruturas raciais preexistentes. Com a miscigenação sendo a solução encontrada para aproximar-se do ideal branco, a seguinte formulação demonstrou-se como elemento complementar. “A ideia de uma democracia racial no Brasil, baseada na existência de uma suposta cordialidade entre as raças, foi a fórmula perfeita para uma elite desejosa de manutenção do status quo” (PEREIRA, 2019, p.10).

Em linha de continuidade baseada no branqueamento, instâncias que afastavam a consciência negra da população brasileira foram elaboradas. Duas questões podem ser levantadas, i. “o ideário do branqueamento aponta para negociações contextuais das fronteiras e das identidades e tende a encobrir, desta forma, o conteúdo discriminatório embutido neste esquema ideológico” (HOFBAUER, 1999, p.10). Adiante, ii. “a necessidade de criação de uma identidade nacional, após três séculos de escravidão, estava assentada justamente nas tentativas desesperadas de desconstrução de uma identidade negra a partir do ocultamento de sua história” (PEREIRA, 2019, p.4).

As considerações dos dois autores acima demonstram o afastamento da consciência de sua composição negra por parte da sociedade. Nesse sentido, sendo um afastamento forjado a partir das iniciativas que visavam o branqueamento e embranquecimento da população brasileira por parte do Estado. Com isto posto, as iniciativas faziam parte do ideário de inspiração branca e europeia que carregava as elites nas posições de poder, sendo essas responsáveis pelas principais decisões políticas acerca dos direcionamentos do país.

Com base em Munanga (1999), é defendido pelos dois autores que as indefinições relativas à consciência de raça no Brasil fazem parte do processo de afastamento e “aniquilação” da identidade negra (PEREIRA, 2019, p.5). Como disposto em Hofbauer, a constatação da população negra brasileira por parte do IBGE na década 1990 correspondia a 4.9% da população (1999, p.10). A partir dessa constatação, paralelos também podem ser traçados às estratégias do Estado argentino com vistas a renegar a própria população negra pautando-se pela dissuasão de suas aferições nos censos demográficos (INADI, 1 ed.).

Nesse sentido, a mudança no modo de encarar a mestiçagem sai da constatação de degenerescência para a singularidade da nação brasileira. Essa mudança de perspectiva revela-se, como na postura das elites dirigentes, pragmática. A mestiçagem passa a compor a viabilidade brasileira de se tornar mais branca, assim, comprovando a viabilidade de modernizar-se. O ideal de branqueamento e incentivo à mestiçagem então se misturam à postura de Estado que, a partir da década de 1930 encontra-se com as formulações acerca da democracia racial e tem-se o combo formado para a manutenção das estruturas da população negra relegada às margens.

Em termos de caiação, segue-se “a década de 1930, em especial, marca o início de uma valorização estereotipada do mestiço. Antes visto como problema, agora este é visto como representação oficial da nação.” (PEREIRA, 2019, p. 10). Contudo, complementa a autora, “os espaços de poder e representatividade nacionais continuaram a ser dominados pela população branca” (2019, p. 10)

3.2.3 Continuidades brasileiras: branqueamento, miscigenação e democracia racial como complementos

É salutar a percepção de que o ideário não fica apenas nos planos das ideias, se vinculam com a política, permeia a tomada de decisões e, portanto, se transfigura a realidades materiais (SILVA, 2014; HALL, 2006) . Assim era a construção da imagem brasileira por esforços de Nabuco frente à Washington. Assim eram as iniciativas internas em torno da modernização das cidades e o embranquecimento da população.

As estratégias de caiação acontecem de modo representativo por parte dessas elites brancas¹⁵ no poder, assim como se nota a preocupação com a necessidade de tornar a população mais branca. A própria nomeação de Nabuco como primeiro embaixador em Washington passou pela consideração de Rio Branco a suas fisionomias aproximadas das

¹⁵ Ou mesmo agentes embranquecidos como necessidade para ocupar tais posições.

europeias. Não obstante, era destacada a rivalidade com a Argentina frente à aproximação com os Estados Unidos, dentre o temor perante a nação vizinha, estava sua população branca.

A necessidade de caiar a população brasileira, segue os meandros da política externa de modo a construir a imagem de uma nação aberta à imigração branca européia. Para atrair a imigração branca, era necessário construir um cenário de amigabilidade na interação das raças, ainda que a superioridade branca fosse preservada. Cabe destacar que, se antes a miscigenação era vista com desconfiança pelas teses da degenerescência do mestiço, com o decorrer das necessidades políticas, essa realidade se transpõe de modo a tornar viável uma população embranquecida.

É nesse cenário de necessidade de atração da imigração branca e europeia e incentivo à mestiçagem com a população local, que o discurso da democracia racial “cai como uma luva”. Ainda com base nas teorias racistas do século XIX, na mistura das raças, os genes mais fortes do indivíduo branco tendem a prevalecer. Dessa maneira, estava solucionado “o problema negro” que, em um século, como na tese de João Batista de Lacerda (1911), defendida na feira de Londres, estaria fadado a desaparecer.

Nesse mesmo aspecto do imaginário das elites internas, assim como seus esforços para a construção da imagem brasileira no exterior, era incontornável o caminho para o branqueamento como comprovação da viabilidade nacional. Esse branqueamento não é refutado, mas sim reforçado através do imaginário da democracia racial. Em sequência desse histórico, e necessidade de formulação da identidade nacional, assiste-se o mestiço saindo de sua qualidade degenerada para imagem celebrada como singularidade da nação.

Essa mudança de olhar para o mestiço, entretanto, não revelou iniciativas com vistas a atuar nas estruturas materiais e sociais. A porcentagem negra da população continuou a ser encarada como inferior e sua realidade material continuou a ser violentada. Apesar do fim da instituição escravocrata, as orientações políticas não visavam a sua integração, mas sim, a eliminação do contingente negro de seus meios populacionais. Essa noção de continuidade se entrelaça nos âmbitos e atuações da política interna para aquilo que é espelhado e buscado como política externa.

Na seção a seguir, aborda-se a discussão sobre o tema da modernização que tanto busca o modelo europeu como base de formulação, quanto avança ao próprio escopo de atuação interna para o jogo das Relações Internacionais. É nesse contexto de busca pela modernização junto à aproximação da nova potência norte-americana que o Brasil rivaliza com a Argentina e, entre tal disputa, busca-se construir o imaginário de viabilidade do próprio desenvolvimento (REIS, 2005). Esse imaginário de viabilidade está diretamente atrelado à

necessidade de branquear-se e embranquecer sua população, dada perspectiva apresentada em primeiro capítulo como herança das teorias racistas do século XIX, na qual a racionalidade, a ordem e progresso são características inerentes à raça branca. (KOEHLER, 2018; PELLEGRINI, 2014; SKIDMORE, 1976).

3.3 TENTATIVA DE CATEGORIZAÇÃO PARA DISTINTAS ATENÇÕES TEÓRICAS: BRANQUEAMENTO E EMBRANQUECIMENTO

Mesmo a distinção dos termos branqueamento e embranquecimento não sendo especificamente prevista em literatura, elucida-se uma possibilidade para encarar os termos não sendo sinônimos para o mesmo fenômeno. Adiante, diferentes significâncias para uma abordagem mais completa são evidenciadas no caráter representativo e material.

Como esforço do presente trabalho para a tentativa de distinção, a ideia de branqueamento está inicialmente atrelada ao caráter imediato e ideal de formulação de representação por uma elite brasileira branca e, portanto, o conceito mais próximo de caiação (PELLEGRINI, 2014; SILVA, 2014; RODRIGUES, 1965). Enquanto que o embranquecimento, com a anexação do prefixo, pode ser atrelado ao caráter brutalmente material, sendo explicitado nas políticas com subsídios para a imigração européia, no incentivo à miscigenação para se aproximar do branco, junto às próprias políticas sanitaristas na pretensa modernização que relega o negro à periferia e todas as consequências da exclusão (KOEHLER, 2018; ANDRADE, 2018; SKIDMORE, 1976).

Do branqueamento para o embranquecimento, parece possível estabelecer continuidade de um conceito que sai do caráter ideacional para então ser visto em prática com fenômenos mais palpáveis. Chega-se então à materialidade presente que pode ser vista na permanência das elites, espaços de poder e acessos, tidos como brancos (KOEHLER, 2018). Assim, mesmo as duas abordagens convergindo ao fenômeno violento de inferiorização do que vem a se constituir como não-branco, elas representam instâncias distintas, revelando juntas, uma abordagem mais completa.

Até o momento, este trabalho se concentra no que se entende por branqueamento. Refere-se ao cair, “dar o branco à cara” como estratégia de representação. Sendo essa representação almejada como uma prova basilar da capacidade de modernizar-se (PELEGRINI, 2014; KOEHLER, 2018; ANDRADE, 2018; SKIDMORE, 1976). E assim, se

delinearam as atuações nos âmbitos da política externa brasileira com Rio Branco e Nabuco, especialmente, nas tentativas de aproximação com os Estados Unidos (REIS, 2005).

4 SEÇÃO 3

O Rio de Janeiro, capital de um país que recebeu durante quase três séculos milhões de pretos, não deve ter pretos.

(Lima Barreto em crônica “A Volta”, 1915)

4.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DO DEBATE: DUALIDADE DA MODERNIZAÇÃO E A PEB

Com base em Gómez (2018), direciona-se aqui aos embates da chamada *modernidade* e suas consequências às populações colonizadas. “Conforme estabelece Quijano e Wallerstein, a colonização da América fez possível o surgimento da ideia de modernidade, assim o desenvolvimento da Europa e a emergência do capitalismo” (p. 17). A retomada desse conceito, contudo, reflete a necessidade de importação de modelos e a formação local com base nos mesmos.

A própria modernidade com o posterior desenvolvimento conceitual do que vem a ser “*centro e periferia*”¹⁶ no sistema internacional, tem a ver com o que se pode resgatar das noções de Quijano e do grupo “Modernidade e Colonialidade” (M/C), com os temas de colonialidade do *poder, saber e do ser*¹⁷. De acordo com Quijano (2005) “os europeus ocidentais imaginaram ser a culminação de uma trajetória civilizatória desde um estado de natureza, levou-os também a pensar-se como os modernos da humanidade e de sua história, isto é, como o novo e ao mesmo tempo o mais avançado da espécie” (p. 112).

Tais formulações e a centralidade do componente “raça” vão ao encontro do tema do presente trabalho e do que se traz por discussão do tema “modernização” nas contribuições de Novaes (2017) a seguir. Com isto posto, a política brasileira nas mais diversas instâncias, em finais do século XIX e início do século XX, se caracteriza por iniciativas de branqueamento de sua população. Essas iniciativas eram baseadas nas teorias racistas que consolidavam o espaço da superioridade branca europeia no imaginário intelectual da época. Para centrar-se nas abordagens de branqueamento baseadas em tais teorias racistas, se faz necessário inicialmente pensar na delimitação do que consiste esse espaço de poder atrelado ao que é branco.

¹⁶ Conceito inaugurado por Raúl Prebisch.

¹⁷ Ver contribuições teóricas de Luciana Ballestrin, 2013. Trabalho intitulado “América Latina e o Giro Decolonial”.

O trabalho de Novaes (2017) acerca da cidade de Salvador no início do século XX, intitulado como “embranquecer a cidade negra”, traz importante explanação para o que se pretende em conceituação inicial. Sobretudo no tópico nomeado como “o branqueamento como chave de leitura”, a autora esboça a noção de branquidade como fenômeno que pode ser resumidamente compreendido como “um lugar de vantagem estrutural na sociedade e um lugar de onde se estabelece um ponto de vista, a partir do qual se produzem discursos e práticas” (p.41).

Contudo, a mera ideia de produzir discursos e práticas não carrega um sentido e valoração por si só. Para trazer significação, faz-se necessário traçar o espaço e contexto em que esses são produzidos, além de atentar-se para o que a autora coloca como “vantagem estrutural”. O discurso de branquidade trazido por Novaes (2017) então se refere diretamente a sua postulação em hierarquia superior àquilo que se considera como o outro, ao passo que a visão de si é o ideal e o universalizado em espaços de poder, portanto, paradoxalmente, ao mesmo tempo que superior, representa também o neutro.

Para se falar de espaço e contexto, elenca-se a colonialidade que revela o cenário da necessidade de hierarquização como instância legitimadora da exploração. Tendo por base de argumentos o grupo M/C, Gomez (2018) alega “a colonialidade forma o lado escuro da modernidade, aquilo que fica na escuridão para que o relato moderno consiga se sustentar” (p. 17). Assim, esse processo pode ser destacado tanto em construção narrativa daqueles discursos que ganham espaço no imaginário social e, que aqui se destaca a literatura de Lima Barreto, como um contraponto das políticas elaboradas em sua época; quanto também pode-se elucidar o cenário material de organização dos grandes centros urbanos, sendo um destes o qual o escritor está inserido.

Adiante, o trabalho de Novaes (2017) refere-se à área de urbanismo e novamente revela importantes contribuições. Na síntese de percepção da autora é elencado o elemento que parece ser chave para a compreensão da operação racial em termos de espaço geográfico, “definir a branquidade no Brasil com uma metáfora que remete à *(livre) circulação* parece bastante funcional” (p.41). Seguidamente, o que pode ser uma percepção relegada à nação, dado presente exposto, aborda a autora “é representativo, também, que a ideia de branqueamento como ascensão social incorpora em si a branquidade como ponto de vista” (NOVAES, 2017, p.41).

A centralidade dessas perspectivas outra vez remontam às teorias racistas apresentadas como objeto teórico na primeira seção. Sobre esse progresso da nação, aqui encarado através do termo “modernização”, Skidmore (1976) sintetiza acerca do posicionamento de Nina

Rodrigues, “considerava dois fatores importantes para o desenvolvimento do Brasil. Um era a forte barreira oposta ao branco pelo clima tropical; outro, “as vastas proporções de mestiçagem que, entregando o país aos mestiços, acabará, por outro lado, privando-o, por longo prazo, pelo menos da liderança da raça branca. E esta foi a garantia da civilização nos Estados Unidos”.” (p. 78).

Silva (2014) ao abordar o cenário da *República Velha e a Belle Époque*, destaca as palavras “marginalidade e resistência” ao passo que o pesquisador registra “o racismo da elite tupiniquim, que em vez de assumir sua verdadeira origem, tentava igualar-se aos padrões estéticos europeus, e a dependência econômica do Brasil em relação ao capital externo, velada pelo manto do nacionalismo” (p. 14).

Não obstante, Silva (2014) ainda segue o debate que se insere na seara das relações exteriores e se transpõe para a realidade interna e material dos países, de acordo com o autor “a situação de desigualdade social e pobreza (...) era mais acentuada nos países periféricos, cujas economias, atreladas ao capital internacional, deveriam seguir os ditames imperialistas das novas potências.” (p.14). Seguindo a mesma noção que explicita o presente trabalho, conclui Silva acerca de grandes potências: “essas, por sua vez, justificavam sua hegemonia e o domínio sobre outros continentes baseados em uma suposta superioridade do homem branco” (p.14). É nesse âmbito que aqui se esboça a necessidade de embranquecer a população do que é material ao que se encara como representativo de modo a comprovar uma capacidade de possível modernização nacional.

Adiante, o pressuposto central das teorias racistas no século XIX se refere além da superioridade branca, traz a ideia de desenvolvimento e evolução como características intrínsecas ao mesmo grupo naturalizado como o ideal. A elite brasileira não só se confundia como primordialmente branca, como reproduzia o mesmo ideário de branqueamento para o progresso da nação (REIS, 2005; RODRIGUES, 1963). O dito progresso da nação ainda era subordinado ao cenário das aproximações em cenário internacional e suas condicionalidades, entre essas, destacando-se novamente as relações Brasil-Argentina, uma vez que se buscava a aproximação com os Estados Unidos (BURNS, 1996; SANTOS, 1991).

4.1.2 Em realidade interna: a modernização e o embranquecimento material nas grandes cidades

Atrelar o contexto de modernização das grandes cidades à política externa, de modo mais explícito, é abordar a importação de modelos. Assim demonstra Koehler (2018) em seu

trabalho denominado por “modernização periférica: a segregação da população negra e o modelo haussmanniano no Brasil”. O modelo de modernização copiado da experiência francesa produziu, e reproduziu, a marginalização da população negra pelas grandes cidades brasileiras.

A autora remonta ao cenário de preocupação com o futuro desenvolvimento do país dada a interpretação da passividade dos trabalhadores atrelada à descendência africana, a inferioridade racial presente no sangue. Nesse contexto, os trabalhadores nacionais separados em negros e mestiços eram concebidos como incapazes para o trabalho livre, e mesmo com o fim do regime de escravização, os postos de trabalhos em melhores condições eram destinados aos imigrantes europeus¹⁸. Desse modo, se renova a marginalização da população negra nos centros urbanos (KOEHLER, 2018, p. 66).

No trabalho de Pellegrini (2014), ao se abordar o histórico da participação brasileira nas feiras universais, é explicitado o elemento de representação cultural para além de objetos; chegando essa mesma à apresentação humana, ou melhor, da racialidade de composição da população brasileira. De acordo com a pesquisadora “as reformas urbanas, que retiraram da paisagem do Rio de Janeiro o Morro do Castelo para abrigar a Exposição do Centenário, não só representavam o ideal de branqueamento, porque expulsaram a população negra e pobre da região” (p. 53), como evidenciam também a tentativa brasileira de adequar sua imagem ao “paradigma da civilização branca ocidental” (p. 50-54).

Seguidamente, no esboço de Koehler (2018) ao abordar o modelo Haussmanniano copiado de Paris para ser implantado na Brasil, a autora expõe “esse modelo não deve ser visto apenas pelo seu aspecto técnico e viário, especialmente quando se procura compreender a sua transposição para as cidades brasileiras” (p. 67). Com o recorte racial como fundamento para as postulações da época, continua a autora “a percepção da cultura europeia como verdadeira “civilização” por parte das elites brasileiras também contribuiu para a importação deste modelo e, como será visto, para o modo desigual como foi realizado” (KOEHLER, 2018, p. 67).

Como elemento importante para ser atrelado às relações internacionais e às escolhas de dirigentes em mesmo tema, tem-se a argumentação da autora que se direciona para a perspectiva do *centro e periferia* internacional, cenário no qual a última é relegada a cópias. Assim completa a autora “a hegemonia desta perspectiva eurocêntrica tem consequências na reprodução de distorções. De modo especial, a manutenção das populações negras em

¹⁸ A política de atração da imigração europeia se iniciou com subsídios do governo ainda nas últimas décadas do império.

condições de subcidadania é consequência de uma modernidade excludente” (KOEHLER, 2018, p. 71).

Esse esboço é importante para o que Lima Barreto como pessoa vivente desse cenário vem abordar em seus escritos. Assim como tal cenário se faz internamente, este não está separado do jogo internacional e das forças políticas que traçam suas escolhas. O Barão do Rio Branco, no âmbito da política externa, é a figura de prestígio no momento da modernização e alargamento das ruas na cidade do Rio de Janeiro (RICUPERO, 2017; SANTOS, 1991; ALMEIDA, 2018) A crônica “A volta”, de Lima Barreto, fala exatamente do cenário abordado. Nesse contexto, seguia nos âmbitos da política externa a rivalidade com a vizinha Argentina reforçada como ameaça graças a sua população concebida como branca. Segue a crônica a ser destacada, de 1915

Porque o Senhor Rio Branco, o primeiro brasileiro, como aí dizem, cismou que havia de fazer do Brasil grande potência, que devia torná-lo conhecido na Europa, que lhe devia dar um grande exército, uma grande esquadra, de elefantes paralíticos, de dotar a sua capital de avenidas, de boulevards, elegâncias bem idiotamente binoculares e toca a gastar dinheiro, toca a fazer empréstimos; e a pobre gente que mourejava lá fora, entre a febre palustre e a seca implacável, pensou que aqui fosse o Eldorado e lá deixou as suas choupanas, o seu sapé, o seu aipim, o seu porco, correndo ao Rio de Janeiro a apanhar algumas moedas da cornucópia inesgotável. Ninguém os viu lá, ninguém quis melhorar a sua sorte no lugar que o sangue dos seus avós regou e eito. Fascinaram-nos para a cidade e eles agora voltam, voltam pela mão da polícia como reles vagabundos. É assim o governo: seduz, corrompe e depois... uma semicadeia. A obsessão de Buenos Aires sempre nos perturbou o julgamento das coisas. A grande cidade do Prata tem um milhão de habitantes; a capital argentina tem longas ruas retas; a capital argentina não tem pretos; portanto, meus senhores, o Rio de Janeiro, cortado de montanhas, deve ter largas ruas retas; o Rio de Janeiro, num país de três ou quatro grandes cidades, precisa ter um milhão; o Rio de Janeiro, capital de um país que recebeu durante quase três séculos milhões de pretos, não deve ter pretos. (BARRETO, 1915, p.8)

Neste excerto, Lima Barreto consegue condensar as perspectivas da modernização periférica debatida em Koehler (2018) e as formulações históricas de política externa apresentadas por Burns (1997) no que tange a rivalidade com a Argentina. Neste último ponto, alegava-se a superioridade portenha em decorrência de sua população de maioria branca, descendente européia. Não ter pretos nos centros urbanos do Rio de Janeiro decorre da ideia representativa de caiação, implicando formulações de embranquecimento e violências contra a população negra relegada às periferias, dentre a qual se inseria o escritor Lima Barreto.

4.1.3 A reforma de Pereira Passos no Rio de Janeiro (1902-1906): pretos e pobres longe dos centros

A reforma do prefeito Pereira Passos na cidade do Rio de Janeiro, ainda como capital da federação brasileira, partiu tanto de iniciativa municipal como federal. No que se refere aos ideais da modernidade e consequentes estratégias de branqueamento, o imaginário sai da instância representativa e se concretiza no embranquecimento material. De branquear a embranquecer, ambos são relativos à importação de modelos europeus. Nesse espaço elucida-se o trabalho de Vanessa Andrade¹⁹ (2018) no qual a autora dialoga sobre a reforma de Pereira Passos junto a questões que envolvem a memória da *escravidão*²⁰ e algumas de suas implicações sociais e raciais.

Adiante ao que Novais (2018) aborda como “embranquecer a cidade negra”, referindo-se ao modelo urbano de Haussmann, Andrade (2018) também alega acerca da reforma de Pereira Passos no Rio de Janeiro “o projeto detinha o objetivo de inserir a cidade na modernidade, inspirando-se nas mudanças urbanas de Paris ocorridas no século XIX” (p. 88). Em centralidade do que expressa Lima Barreto na crônica “A volta” presente no tópico anterior, continua a pesquisadora “foram abertas largas avenidas”, isso “para garantir a circulação de ar e supressão dos “miasmas” que, de acordo com a crença à época, infectavam a cidade e produziam epidemias” (ANDRADE, 2018, p. 88).

Como ainda presente em Andrade (2018), acerca da última alegação referente às epidemias, elucida-se o discurso sanitarista que, em si, também revela-se numa origem de importação europeia, teorias iniciadas no século XVII na qual médicos e estudiosos iriam não só inferir no planejamento urbano, como também defenderiam o agir dirigido a corpos e atitudes da população. Nesses termos, cabe lembrar as tratativas de cunho racial ainda no início do presente trabalho trazidas a partir da contribuição de Skidmore, como a explanação dos ideários de Nina Rodrigues, primeiro médico etnólogo no Brasil a estudar a população afro-brasileira e que foi responsável pela teoria da “degenerescência do mestiço” (1976, p. 74-80).

Lima Barreto, como escritor, é uma pessoa vivente desse espaço urbano, lugar esse no qual se insere na perspectiva da “realidade presenciada e experimentada pelos moradores daquele espaço em transformação.” (ANDRADE, 2018, p. 89). Indo além da vivência em tal

¹⁹ Mestre em *História, Política e Bens Culturais* pela Fundação Getúlio Vargas (FGV).

²⁰ Preservado o termo original, contudo, atenta-se ao uso do sufixo “*escravi-zação*” que se deve, de maneira simples, à retomada da consciência de uma instituição e ato praticado, ao passo que se diferencia de um conceito dado como natural em *escravidão* ou de pesssos *escravas* (INADI, 1 ed.).

ambiente, o escritor se insere, novamente, como produtor de narrativas que revelam o embate racial e as barbáries sofridas. No que Skidmore (1976) apresenta acerca de Nina Rodrigues e seus postulados das características da degenerescência do negro e mesriço como inata e que, portanto, deveria ser levado em conta pelos legisladores e autoridades responsáveis ao “problema” ser manifestado no comportamento social, tem-se novamente a denúncia do personagem Isaías Caminha relatando o “santo ódio” que via na abordagem com acusação arbitrária do delegado (BARRETO, 1971, p. 76).

Adiante, na crônica que compõe a presente seção, cujo seu destrinchamento faz parte das iniciativas dos consequentes capítulos, ainda vale destacar as passagens a seguir. Em primeiro instante, na prosa de “A volta” de 1915, o autor se refere à população brasileira externa ao Rio de Janeiro, de modo geral, na crônica, se referindo à cidade em momento de ser modernizada, como a exemplo, com o alargamento das ruas. Em percepção importante, contudo, o autor relata acerca da população pobre que chega, mesmo que sem especificar de qual lugar, podendo ser interiores do mesmo estado ou mesmo provenientes de outras regiões, que, contudo, chegam procurando melhores oportunidades de sustento.

Por si só, ao mencionar a chegada dessas pessoas pobres cujos “avós regaram o eito” e ao atrelá-las diretamente ao pertencimento preto dada finalização crítica de que o “Rio de Janeiro não pode ter pretos”, já revela uma quebra de narrativa com discursos oficiais e reforçados com as teorias raciais da época. Essa quebra de narrativa se refere à afirmação desse povo buscando melhores condições de vida, vindos dispostos ao trabalho, ao passo que o ideário da época que ainda restam, da época, junto a narrativas oficiais, condenam a população preta nesse lugar de afeição ao trabalho (SKIDMORE, 1976). Nesse espectro ainda é válida a contribuição que outro trabalho que será explanado no capítulo seguinte.

Antes de chegar na questão da atuação argentina com a própria população negra, através da primeira edição da revista INADI que aborda a nação vizinha como “Argentina também é afro”, temos importante percepção que condensa tanto as contribuições iniciais acerca do período histórico de início de formação da modernidade, até a forma de encarar a noção de pessoas que foram escravizadas como reflexo deste processo e ação deste momento que, não deixa de projetar estruturas para o presente. Em abertura do debate de “escravizados à afro-argentinos: um longo caminho” (*tradução nossa*), faz-se salutar o destaque do trecho de modo integral

Si en lugar de referirnos a personas esclavas hablamos de personas esclavizadas, nos estamos refiriendo a personas que fueron puestas en situación de esclavitud, es decir que fueron esclavizadas por otras. Esto remite a una historia de cacerías humanas, secuestros,

transportes transatlánticos, sufrimiento, castigos, desesperanza y horror. Al hablar de personas esclavizadas comenzamos a entender que esa situación no es natural: nadie nace esclavo, sino que es sometido a la esclavitud (tampoco se nace “negro/a”, “blanco/a” o “mulato/a”, sino que depende del contexto social en que esas categorías se desarrollen). Esto no es menor si pensamos en el relativo silencio que se guarda a nivel mundial sobre la esclavitud transatlántica, el más grande genocidio que conoció la humanidad, cuyas consecuencias son palpables hoy en día en toda América y África, y por supuesto, también, en la riqueza de la que goza Europa. (INADI, 1º ed., p. 13)

Faz-se interessante a colocação da presente noção histórica ao passo que, em algum andar temporal, Lima Barreto retrata um momento de possível, mesmo que limitado, poder de agência de indivíduos que decidem sair do lugar que “mourejavam (...) entre a febre palustre e a seca implacável” para chegar ao Rio de Janeiro pensando que ali poderia ser um “Eldorado” e então passando a “apanhar” moeda, que, no entanto, agora voltam. Essas pessoas já são agora nacionais, são afro-brasileiras e não se sabe para onde voltam. É importante ainda como conexão dos dois contextos quando o escritor deixa explícita a noção “ninguém quis melhorar a sua sorte onde o sangue dos seus avós regou o eito”. É importante lembrar novamente que, o autor termina a crônica referindo-se ao povo preto, Lima Barreto deixa nítida a lembrança do país escravocrata. Para onde voltam, retoma-se novamente o trabalho de Andrade (2018) acerca da Reforma de Pereira Passos.

Como explicita a autora, "não houve nenhuma ação do poder público no sentido de inserir estas pessoas, privadas de sua liberdade e seus direitos civis por tanto tempo, na participação da sociedade" (ANDRADE, 2018, p. 91). Essa participação da sociedade se revela tanto que que é do âmbito cultural e representativo quanto, porém, anteriormente, refere-se às próprias questões de subsistência, refere-se ao âmbito material de existência dessa mesma população preta por séculos escravizada. Assim segue a autora em importantes contribuições "uma vez que a libertação dos escravizados não foi acompanhada por nenhuma política de estruturação de meios de subsistência para os libertos, estes engrossavam a massa de desempregados e ocupantes de subempregos na capital da República"(ibidem p. 91).

Não obstante, como ainda afirma Lima Barreto em sua crônica acerca de sugerida locomoção da população negra pelo Rio, também é possível estabelecer os paralelos com Andrade (2018) “pobres e muitas vezes analfabetos, os libertos foram deixados à sua própria sorte, às vezes permanecendo na área rural e vendendo seu trabalho em troca de alimentação, ou migrando para as cidades e aumentando o contingente de população pobre.”(ANDRADE,

2018, p. 91). Essa mesma noção que converge ao ideal de branqueamento e estratégias de embranquecimento da população brasileira será completada pelo que Skidmore demonstra em seu trabalho acerca da “solução brasileira”.

Nessa solução apresentada no trabalho “Preto no Branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro” (SKIDMORE, 1976), está a opção que converge a uma escolha e ação política por parte do Estado brasileiro em prol de um país mais branco, assim com o incentivo para a imigração branca européia, essa que vem como mão de obra para ocupar melhores postos de trabalho com possibilidade de chegar ao patamar das propriedades, ao passo que também comporá a população brasileira em dado projeto da mesma ser embranquecida. Desse modo, se esse é o espaço reservado ao branco na construção moderna da nação, completa o escritor Lima Barreto acerca do espaço que é relegado ao preto “fascinaram-nos pela cidade e eles agora voltam, voltam pela mão da polícia como reles vagabundos. É assim o governo: seduz, corrompe e depois... uma semi cadeia" (BARRETO, 1915).

Todo esse processo, de modo material, volta a ser desencadeado e demonstrado através da promoção das reformas, sobretudo, arquitetônicas no espaço urbano das grandes cidades brasileiras. Com o modelo de reforma europeu, como o referenciado modelo de Hausmann do caso francês, junto à presença do imaginário racista que colocava as bases negras e indígenas como a constatação da sua incapacidade de modernizar-se e desenvolver-se, então estava formulado o processo de embranquecimento brasileiro. O branqueamento, este que aqui se refere às instâncias representativas e portanto, espaço de poder das elites, já o era feito. Como segue Andrade “diversos autores contextualizam a reforma urbana dentro de um projeto de nação mais amplo, que solidificaria os ideais republicanos de um país com um franco projeto modernizador” (ANDRADE, 2018, p. 94).

Um projeto franco modernizador que, em si, carrega o ideal não neutro de uma nação branca européia. Isso, em dado contexto do imaginário de hierarquia das raças, ao passo que o que era encarado como “civilidade” também se referia a estratégias de controle do *ser*, culturas e práticas negras (KOEHLER, 2018; ANDRADE, 2018). Nesse sentido, retornamos aos esboços teóricos do início da atual seção que explicitam a noção de estudos de-coloniais que partem de Quijano chegando ao grupo M/C abordando o que se entende por *colonialidade do poder, do saber e do ser*.

Assim, mesmo que Lima Barreto por vezes não consiga romper com todos os ideais do que vem a ser colocado como universalidade sem o reconhecimento de uma projeção europeia, o mesmo revela muitos dos pontapés para tais percepções a serem desenvolvidas ao longo do tempo (GOMEZ, 2018). Por inferências do presente esboço, a colonialidade do

poder, em termos grosseiros, é essa que permite a política de ações materiais e atuação de prestígio por parte das elites branqueadas nos esforços para uma população embranquecida.

Seguidamente, a colonialidade do saber se revela nessa ciência que condena o "mulato" ou mestiço em seu julgamento "à priori", com base em constatações arbitrárias contudo, projetadas como de teor "científico". Por fim, a colonialidade do ser, se revela naquilo que considera-se por civilidade e, com isso, o controle dos corpos e indivíduos com o que, mais uma vez expressa o artista, "e eles agora voltam, voltam pela mão da polícia como reles vagabundos" (BARRETO, 1915).

4.1.4 Cenário das políticas imigratórias brasileiras: continuidade do ideal de branqueamento e práticas de embranquecimento

As políticas de incentivo à imigração europeia existiram desde a época do império. Segundo Skidmore (1976), o Barão do Rio Branco foi um dos maiores propagandistas brasileiros antes de se tornar ministro (p. 151). Essa propaganda brasileira, contudo, retorna à necessidade de promoção da imagem de uma nação civilizada de modo a atrair a imigração branca e europeia. Mesmo com o avanço do tempo, já na década de 1920, políticos brasileiros afirmavam "ainda maior necessidade do elemento europeu" (p. 213).

Assim seguia o imaginário: "A Argentina fizera muito mais para atrair europeus e com grande benefício para o seu crescimento". (SKIDMORE, 1976, p. 213). Não obstante, o ideário de branqueamento se evidenciava de maneira prática nas iniciativas oficiais para a atração dos imigrantes europeus. "Os republicanos acreditavam firmemente na necessidade de atrair imigrantes para o Brasil. Era parte de seu compromisso de promover o desenvolvimento econômico com mão de obra importada da europa" (p.156).

Iniciativas que misturam o âmbito público e privado serão traçadas em torno de tal objetivo. Em 1886 é criada a instituição privada "Sociedade promotora da Imgrigração" por parte de fazendeiros paulistas. Essa instituição possuía amplos recursos destinados ao recrutamento de imigrantes europeus, especialmente da Itália. Era feito o pagamento da passagem e se providenciava o trabalho nas grandes fazendas. Adiante, mesmo que a origem da organização fosse privada, a mesma contava com apoio e subsídios públicos do governo de São Paulo. Em 1885 a iniciativa já tinha sido totalmente apropriada pelo governo do Estado com a dissolução da sociedade privada. (SKIDMORE, 1976, p. 154-162)

A política de subsídio à imigração contudo, teve fim em 1902 quando baseado em denúncias de maus tratos, o governo da Itália proibiu a prática da imigração subsidiada para o

Brasil (ibidem, p.157). Contudo, entre europeus italianos e de outras nacionalidades, iniciativas do governo de São Paulo de subsídio à imigração perduraram até 1928. Adiante, como revela Andrade (2018), os empregos urbanos com melhores postos, também eram preferencialmente direcionados à população branca de origem imigrante.

Ainda em 1921 as considerações raciais estavam presentes nos projetos de leis que buscavam população imigrante. No cenário de concessões de terras para desbravadores de áreas rurais do estado do Mato Grosso, houve o projeto de lei que buscava vetar o acesso de populações negras. O projeto de lei número 209, foi elaborado por deputados federais de São Paulo e seu conteúdo era de proibição da imigração de indivíduos humanos das raças de cor preta. Tal projeto foi vetado, contudo a ideia seguiu nas esferas políticas brasileiras (SKIDMORE, 1976, p. 213-219).

Assim, em 1923 depara-se com a iniciativa de Fidélis Reis que resgata as intenções do projeto de lei número 209. O deputado federal eleito por Minas Gerais, elabora a barreira de cor partindo da proposta de porcentagem étnica para a imigração. Desse modo, o conteúdo da nova proposta “limitava a entrada de qualquer colono da raça preta a uma cota anual de não mais que 3% dos orientais já erradicados no Brasil” (ibidem, p. 213). Por fim, tais posturas eram justificadas através da comparação com os resultados argentinos, alegando assim maior necessidade do “elemento europeu” na sociedade brasileira.

4.2 O CONTEXTO EXTERNO: A FALÁCIA RACIAL ARGENTINA E O PRAGMATISMO BRASILEIRO NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Já dizia Lima Barreto acerca do imaginário social de sua época, dada a crônica que ilustra a presente seção, “a obsessão de Buenos Aires sempre nos perturbou o julgamento das coisas. A grande cidade do Prata tem um milhão de habitantes; a capital argentina tem longas ruas retas; a capital argentina não tem pretos” (BARRETO, 1915). Algo do que fica desse imaginário, contudo, é a questão: a capital argentina não tem pretos? Essa noção, contudo, também faz parte de uma construção de narrativa com esforços oficiais (INADI, 1 ed.).

A breve discussão sobre a questão da população negra na Argentina será colocada a seguir. Antes, contudo, o imaginário moldado acerca do país vizinho já cumpria o papel para a noção de vantagem e rivalidade. Nesse momento que se retoma a percepção atrelada à chancelaria do Barão do Rio Branco junto à sua prática política de prestígio na atuação externa, de que, se na capital argentina há longas ruas retas, um milhão de habitantes, e se não

há pretos... no Rio de Janeiro com as suas distinções geográficas e históricas, deve ter largas ruas retas, um milhão de habitantes e “não deve ter pretos”. É substancial a frase que conclui a presente crônica de Lima, “o Rio de Janeiro, capital de um país que recebeu durante quase três séculos milhões de pretos, não deve ter pretos” (BARRETO, 1915).

Nesses termos, demonstra-se um tanto emblemático encarar a questão racial como algo de segunda ordem, menos importante ao ideal de progresso. As discussões raciais e possibilidades do destino brasileiro estão no cerne daquilo que define a “identidade nacional” e que converge ao espelhamento de imagem assim como as posturas em sua inserção internacional. Postura essa que busca certas proximidades enquanto encontra motivações para embates com "concorrências" outras. O debate racial dentro das Relações Internacionais e propriamente dentro das formulações de Política Externa Brasileira (PEB) são centro e cerne do que de mais básico há no debate. Quem é, e o que é, a nação do povo brasileiro? É nesse espectro, que, novamente encontram-se as iniciativas de branqueamento a iniciar pela representação nos âmbitos da PEB.

Como demonstrado nos capítulos anteriores as tratativas de modernização nas grandes cidades assim como nas políticas de imigração referem-se à adequação ao ideal de modelo europeu. O que está fora dessa constatação de realidade, contudo, é a importante noção atual de que a própria modernização envolve o que é dual. Se para a Europa ocidental ser moderna, há que outro lugar seja explorado e, assim, de modo bastante leviano, sustente a primeira manutenção ao imaginar em cenário longínquo suas possibilidades de desenvolvimento, em etapas, modernizado. Não obstante, faz-se necessário construir o imaginário de um país embranquecido para que um projeto nação moderna seja viável.

Ao construir o imaginário de um país embranquecido, contudo, não se deixa apagar o histórico de se pensar no mestiço como “o mal da nação”. Nesse projeto de branqueamento e embranquecimento, como presente em Lima Barreto (1915), não se planeja melhorar a sorte daqueles que o “sangue dos avós regou eito”. Esse novo projeto de construir uma nação embranquecida apenas vê no mestiço a possibilidade de se aproximar do branco, dado cenário em que não é possível eliminar, de forma mais definitiva, o contingente preto da população. Assim traça-se a seguir o breve esboço referente à tratativa da população negra e o caso argentino.

4.2.2 Na Argentina não há negros? Uma rápida explanação do caso argentino

Sem pretender maior aprofundamento e, elencando o tema como um assunto complementar e, portanto, não o objeto central de pesquisa, faz-se importante trazer contribuições que possam desmistificar o imaginário construído acerca de que na Argentina “não há negros”. Ainda que em cenário e processos deveras distintos daqueles ocorridos no Brasil, o caso argentino de invisibilização do povo negro também elucida-se de modo a demonstrar mais um caso de tratativas de apagamento histórico, iniciativas políticas de branqueamento e embranquecimento de sua população.

A noção de agências históricas e políticas por parte do Estado argentino confronta correntes sensos de que, na nação vizinha, a população veio apenas de “barcos da europa”²¹. Como perspectiva inicial e central para o presente trabalho, elucida-se o argumento disposto na primeira edição da revista INADI²² com o tema “Argentina também é afro”, *tradução nossa*. Assim, explicita a revista, “Lo que tuvo fundamental importancia fue el proyecto de nación que el Estado estaba sosteniendo: una república “blanca-europea” y homogénea, que implicaba minimizar la presencia y el aporte afro en el país. (INADI, 1º ed., p. 17).

Acerca do que se alega de modos generalizantes para o “desaparecimento” da população negra na Argentina, ao menos quatro abordagens podem ser elencadas. A primeira refere-se à morte de pessoas africanas e afro-argentinas nas guerras de independência do país e guerras civis. A segunda seria a existência da mestiçagem somada à realidade de homens negros mortos à frente de combates ao passo em que, a imigração europeia era fomentada e assim, acontecia a miscigenação da população com dissolução gradual das características negras tanto em ambitos de fenótipo como em termos de cultura (INADI, 1º ed., p.16-18).

Seguindo, como terceira abordagem estava a baixa taxa natalidade e alta taxa de mortalidade que alegava-se acometer o recorte da população afro-argentina, narrativa essa que, pode novamente ser atrelada aos discursos sanitaristas como no Brasil. E por fim, a quarta alegação era acerca da menor entrada de pessoas escravizadas no país devido à abolição do tráfico negreiro e lei do ventre livre ainda em 1813 (INADI, 1º ed., p.16-18). Desse modo, e apresentado de maneira crítica no trabalho do INADI, tem-se uma narrativa história de certa coesão trágica da história argentina relativa à sua população negra que, há tempos, evidencia-se como despojada do seu constitutivo povo negro.

²¹ Notícia de fala de Fernandez, 2021.

²²Edición Instituto Nacional contra la Discriminación, la Xenofobia y el Racismo (INADI) Ministerio de Justicia y Derechos Humanos – Presidencia de la Nación. Ciudad Autónoma de Buenos Aires.

Como é deveras explicitado, contudo, é que, apesar da constatação de dados históricos que converjam às afirmações anteriores, nenhuma delas de fato é capaz de eliminar completamente a população afro argentina e, portanto, fazer da nação vizinha um Estado onde “não tem pretos”. É nesse âmbito que o presente título de tópico busca caracterizar como “falácia” construída acerca da realidade racial argentina. No mais, contribuições importantes acerca da questão continuam sendo explicitadas.

De acordo com a revista, “en realidad, como han dicho ya varios antropólogos e historiadores (Andrews, Frigerio, Geler, entre otros), la población afro nunca desapareció sino que se modificaron las formas de categorizarse en el país” (INADI, 1º ed., p. 18). Nessa explicação, é relatada a simples ausência de realização de censos por parte das instituições governamentais. Em conclusões que reforçam o esboço do presente trabalho, desde a primeira seção, a necessidade de se projetar como uma nação branca, no caso Argentino, também se demonstrava como um posicionamento em prova da sua capacidade de desenvolvimento de modernização.

Assim reafirma o grupo de pesquisa da revista, “de allí que exista hoy un consenso en afirmar que la población afro fue invisibilizada y negada tanto por los discursos oficiales como por los relatos históricos y las narrativas de la construcción de la nación, que buscaban la homogeneidad y la europeidad” (INADI, 1º ed., p. 18), e segue a mesma edição em termos nos quais aqui se caminha para o desfecho “la idea era “blanquear” a la población como condición para el desarrollo y el progreso del vasto territorio nacional.”(INADI, 1º ed., p. 17).

4.2.3 A chancelaria em linha tênue de explicitação: prestígios e silêncios do Barão do Rio Branco

Acerca do levante teórico referente não só ao objeto de recorte de pesquisa, mas sim referente ao estado da arte, o ideal de branqueamento e as próprias tratativas que convergem à raça na PEB, ainda são escassas. Contudo, faz-se novamente importante ressaltar que o debate expande o escopo de “segundo plano”. A sessão a seguir retoma o caráter da discussão diretamente na seara da política externa, entretanto, para entendimento de processos, esta presente seção que relaciona o cenário externo às políticas materiais implementadas internamente, demonstra-se relevante.

Referente à revisão bibliográfica e a contribuição de autores que são cânone, evidencia-se crucial a retomada de alguns nomes. Como presente em Burns (1997) as relações com a Argentina foram de rivalidade e desconfiança em termos de aproximação com os

Estados Unidos e liderança pela região, com a suposta superioridade argentina prevista na sua população de imigrantes europeus, portanto, lidos como brancos. Ainda na primeira seção, nas contribuições centrais de Skidmore (1976) e Pellegrini (2018), foi demonstrada a vinculação da população preta e indígena como bases de inferioridade e, o mestiço, em lugar ainda de maior prejuízo pela suposição teórica degenerescência da mestiçagem.

Nesse cenário, uma nação que pudesse ser capaz de desenvolver-se, seria essa da população branca como condição. Neste mesmo momento de aproximação com os Estados Unidos, que então é criada a embaixada brasileira em Washington em 1905 e Joaquim Nabuco, por delegação do Barão do Rio Branco, é o primeiro diplomata a ocupar a posição de embaixador na capital norte-americana (REIS, 2005). A centralidade da qual as discussões de raça desse momento ocupa, se revela no conjunto ideacionário presente por parte desses agentes de, sequer questionar as prerrogativas de inferioridade da própria população.

A atuação de Nabuco em Washington, assim como a modernização das grandes cidades brasileiras e as iniciativas e regras em incentivo à imigração para o Brasil, fazem parte do constructo de uma imagem do Brasil mais branco. Nesse âmbito se insere o conceito da Caiação (RODRIGUES, 1965). Retomando ao que se refere à atuação de Rio Branco, este não estava interessado crucialmente em defender o que seria um interesse nacional que poderia ser atrelado ao contingente populacional provavelmente de maioria preta. Como evidencia Lima Barreto e também pode ser encontrado em Andrade (2018), as políticas implementadas na referida época, não estavam direcionadas a melhorar a sorte da porcentagem preta e pobre da população brasileira.

Os interesses de Barão do Rio Branco estavam intrinsecamente ligados a uma elite que tinha sua origem agrária, tendo sido o mesmo um apoiador moderado do sistema monárquico que sustentou até o último momento possível a escravização de pessoas pretas como instituição. Assim, como explicita Lima Barreto, o mesmo personagem de chancelaria demonstra sua atuação, “porque o Senhor Rio Branco, o primeiro brasileiro, como aí dizem, cismou que havia de fazer do Brasil grande potência, que devia torná-lo conhecido na Europa” (BARRETO, 1915). O escritor segue palavra a palavra que contextualizada, demonstram-se valiosas para a presente explanação. Contudo, nesse aspecto, revela-se a postura diplomática de políticas de prestígio por parte do Barão.

A mesma noção com palavras que chegam a ser compartilhadas entre Lima Barreto e Ricupero (2017). De acordo com o último autor, Barão do Rio Branco acenava para alguns dos elementos que Joaquim Nabuco também afirmaria como elementos de poder na aproximação à emergente potência norte-americana. Assim, o chanceler acreditava na

importância da imagem a ser projetada externamente e, assim, fazia da estratégia de prestígio como elemento central no seu exercício de poder no jogo internacional (RICUPERO, 2017). Acerca dessa percepção de Rio Branco e sua atuação material no cenário brasileiro, Lima Barreto repele “(cismou) que lhe devia dar um grande exército, uma grande esquadra, de elefantes paralíticos, de dotar a sua capital de avenidas, de boulevards, elegâncias bem idiotamente binoculares” (BARRETO, 1915).

Não satisfeito com a explanação acima, o escritor continua em sua crônica acerca do que atribui ao Barão do Rio Branco “e toca a gastar dinheiro, toca a fazer empréstimo”, sendo essa a principal referência ao que se pode encarar como as artimanhas para a política de prestígio, uma vez que o cenário interno era o de que “a pobre gente que mourejava lá fora, entre a febre palustre e a seca implacável, pensou que aqui fosse o Eldorado e lá deixou as suas choupanas (...)” ao passo que, ao ser concluída tal serventia de mão de obra dessa mesma população, agora volta, sendo esse mesmo o título de sua crônica. (BARRETO, 1915).

Agora volta essa população e não se sabe para onde. Como frisado e referenciado, para este contingente, “ninguém quis melhorar sua sorte”. A preocupação de rever estruturas internas, certamente não eram margem de concentração para Rio Branco à frente da chancelaria, contudo, revela-se sim, a posição dubiamente contrária, a parceria buscada em cenário internacional não era para melhorar condições à sua gente, mas sim, a postura buscada foi de mascarar a situação interna brasileira ao passo que buscava se introduzir em um espaço de prestígio internacional pelo que era favorável, aliado e moldável ao que era um ideal modernizante, europeu e branco.

O mascaramento da situação interna é propriamente o que se pode chamar, novamente, de Caiação. Por fim, Norma Breda (1991) novamente retoma a mudança de cenário de uma influência hegemônica inglesa para a norte-americana. Sendo em torno da última a virada para o rol de atuação brasileira em cenário internacional, com o quesito “proximidade” apenas variando em seu grau de intensidade ao longo do tempo. Nesse aspecto, a tratativa para a gestão de Barão do Rio Branco em aproximação com os Estados Unidos é novamente firmada como “pragmatismo”, essa mesma noção que aqui pode-se dizer colocada em questão.

Entende-se a importância do conceito de “pragmatismo” e sua categorização como uma vertente analítica para os moldes de como se dá uma aproximação na esfera da seara internacional. É certo que Rio Branco inaugura a utilização da percepção, contudo, o âmbito que se deixa como questionamento é, até que ponto faz-se pragmático o objetivo de branquear-se em imaginário construído e embranquecer um país como projeto de nação, ao passo que, tal ideário se refere ao encaixe na ideia igualmente europeia de modernização. O

questionamento não é sobre a atuação do personagem diplomático cujas contribuições vão além e se demonstram muito mais complexas.

Acerca do Barão, por fim, são conhecidos conceitos que tem a ver com suas políticas de territorialidade, como “uti possidetis”, além das suas tratativas de universalização da PEB em relação postulada como simétrica em relação aos vizinhos do sul, e a relação assimétrica com as potências do norte, em especial, o estreitamento de laços com os Estados Unidos (RICUPERO, 2017; SANTOS, 1991). No presente trabalho, entretanto, elenca-se outro elemento que é central, este porém, compondo em literatura cânone, as entrelinhas da política externa nos anos iniciais da primeira república.

O trabalho de Reis (2005), revela a centralidade da consideração racial para os referidos agentes da PEB, com isso, sendo os anteriores assuntos discorridos importantes para o entendimento do processo de embranquecimento material interno em vigor, assim como também se ilustra a vivência e contraposição ativa e escrita de Lima Barreto, que pode ser naturalmente relegada às instâncias de atuações externas e existência do ideário de branqueamento, ou como evidência Honório Rodrigues (1965), de Caiçã.

Retomar as discussões da referida época, primórdios da primeira república brasileira, refere-se a encarar o início da nossa organização como estrutura social, cultural e política em momento atual. Essa mesma iniciativa faz-se necessária de modo a voltar a atenção e permitir-nos repensar nosso próprio processo de construção e os modos do *fazer saber* em presentes dias.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo geral deste trabalho consistiu em demonstrar a existência do ideário de branqueamento no âmbito da política externa no início da primeira república e trazer a prosa literária de Lima Barreto como ilustração e contraponto a tal ideário. Assim, constatou-se a existência do ideário de branqueamento na política externa através da atuação de Joaquim Nabuco e Barão do Rio Branco. Ao mesmo tempo, evidenciou-se que Lima Barreto traz alusões ao cenário político brasileiro através dos diferentes formatos literários, como romance, conto e crônica.

No primeiro objetivo específico do trabalho, houve a delimitação da prosa de Lima Barreto como ilustração dos embates raciais e o destaque para as considerações raciais na literatura cânone da PEB. No romance *Memórias de um escrivão Isaiás Caminha*, assiste-se a trajetória de um jovem brasileiro mulato que tem demarcada sua posição de inferioridade à priori, dadas teorias raciais do século XIX e a alegação da degenerescência do mestiço. Esse jovem chora ao lembrar “a pátria”. Adiante, nos estudos cânones da política externa, constata-se a desconsideração do tema racial como centralidade. Apesar de não ser objeto central, as questões raciais permeiam as entrelinhas dos principais trabalhos acerca da política externa brasileira da primeira república.

Como segundo objetivo, demonstrou-se o ideário de branqueamento através do conceito de *caiação* de Rodrigues (1963) junto à necessidade de forjar a nação. O termo refere-se aos posicionamentos das elites dirigentes que buscam mascarar a realidade da população brasileira através do estabelecimento do imaginário de uma nação branqueada. As tratativas que absorvem o ideal europeu ganham expressão explícita na política externa por meio de seus agentes como Nabuco e Rio Branco. Como paralelo a essa realidade das elites brasileiras, no conto *O Jornalista*, Lima Barreto versa sobre as contradições uma vez que “Nabor era abolicionista”, entretanto, apenas pelo cenário que se fazia conveniente.

No cumprimento do terceiro objetivo, foi elencado o cenário da modernização no qual o ideário de branqueamento passa a demonstrar sua face prática em iniciativas de embranquecimento da população brasileira. Frente ao processo de cópia do modelo Haussmaniano no Rio de Janeiro, destacou-se a crônica *A volta*. Nesse cenário, junto à rivalidade com a Argentina onde, em imaginário corrente, não existia população negra, a capital brasileira também não deveria ter pretos. Por fim, Lima Barreto dirige críticas ao

Barão do Rio Branco atribuindo responsabilidade como aquele que “cismou em fazer do Brasil uma grande potência”.

Assim, foram realizados os objetivos propostos para o presente trabalho de modo a evidenciar as hipóteses elaboradas através do método de dedução. Com base na bibliografia previamente consultada, registrou-se i. a possibilidade de utilização do texto literário de Lima Barreto para ilustração da questão racial no Brasil e a existência das considerações raciais na política externa, ii. a evidência de ideais de branqueamento por parte de agentes da política externa brasileira, como Joaquim Nabuco iii. a visibilidade da moldagem da nação ao ideal branqueado e embranquecido, através da cópia do modelo de modernização europeu.

Acerca de tais comprovações, entretanto, vale ressaltar o caráter panorâmico da pesquisa e, portanto, pouco aprofundado. Dada a temática multidisciplinar, os conceitos foram buscados de modo a complementarem-se e evidenciar a existência do fenômeno de branqueamento na política externa da época, uma área de pouca atenção da academia. Assim, a comprovação das hipóteses deduzidas fica evidente, contudo, necessitando de cuidados mais apurados em trabalhos futuros.

Localizar a temática do branqueamento nas Relações Internacionais brasileiras se demonstrou uma tarefa problemática. Autores como Kabengele Munanga (1997) fazem-se cruciais no debate acerca da educação e relações étnico-raciais no Brasil. Seria possível seu maior destaque uma vez que sua obra versa sobre a mestiçagem e constructos da nação. Contudo, o contato tardio com o autor impossibilitou a execução Destaca-se em termos de visibilidade como importantes contribuições por vezes são excluídas de trabalhos na mesma área. Um contraste nesse sentido é revelado através das obras de Munanga (1997) e Skidmore (1976).

Por fim, o debruçar sobre a investigação das problemáticas estruturais brasileiras refere-se ao esforço por resgate de expressões que permitam a elaboração de um novo imaginário. De acordo com Reis (2007), a História se localiza no espaço temporal entre o passado e o futuro. Com base nesse passado, pode-se projetar o futuro e agir no agora. Se a política externa brasileira por mais um século mascarou a própria problemática racial, o presente momento é oportuno para escancara-la (GELEDÉS, 2021).

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Vanessa de Araujo. **A reforma de Pereira Passos (1902-1906), a memória da escravidão e algumas implicações sociais e raciais**, 2018. Disponível em <<https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/mosaico/article/view/76897>> Acesso em 23 de maio de 2022.

BALLESTRIN, Luciana. **América Latina e o giro decolonial**, 2013. Disponível em <<https://doi.org/10.1590/S0103-33522013000200004>> Acesso em 23 de maio de 2022.

BERRINGER, Tatiana; TOLEDO, Demétrio Gaspari Cirne de. **Os silêncios do legado do Barão de Rio Branco na política externa brasileira**. Santo André: Universidade Federal do ABC, 2018. Disponível em: <<https://www.seminario2018.abri.org.br/arquivo/downloadpublic?q=YToyOntzOjY6InBhemFtcyI7czozNDoiYToxOntzOjEwOiJJRF9BUiFVSVZPIjtzOjM6Ijc3MCI7fSI7czoxOiJoIjtzOjMyOiJkZTk0YzgxNjEzOGI3NTM5MzZIOWM4YTg1OTE5YjBmYSI7fQ%3D%3D>> Acesso em 01 de junho de 2022.

BUENO, Clodoaldo; CERVO, Luiz Amado. **História da política exterior do Brasil**. 4ª ed. Brasília: Editora UNB, 2011. P. 95-116/ P. 139-160.

BURNS. E. BRADFORD. "**As relações internacionais do Brasil durante a primeira República**", In Sérgio B. de Holanda et alli. **História Geral da Civilização Brasileira**, São Paulo, BERTRAND BRASIL, 1997, TOMO III, VOLUME 9, pp.405-455.

COSTA, Ricardo Cesar Rocha da. **O pensamento social brasileiro e a questão racial: da ideologia do “branqueamento” às “divisões perigosas”**. Revista África e Africanidades, 2010. Disponível em <http://www.africaeffricanidades.com.br/documentos/10082010_16.pdf> Acesso em 23 de maio de 2022.

GELEDÉS. **Brasil e Durban** [livro eletrônico]: 20 anos depois. São Paulo: Geledés, 2021. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2021/08/brasil-e-durban-20-anos-depois.pdf>>. Acesso em: 25 out. 2021.

GLEZER, Raquel. **O Saber e o Fazer na obra de José Honório Rodrigues: Um modelo de análise historiográfica**. São Paulo, 1976.

GÓMEZ, Santiago Miguel. **Uma leitura decolonial de Lima Barreto e Arlt**. Florianópolis,

2018.

HALL, Stuart; SILVA, Tadeu da; LOURO, Guacira Lopes. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 12.ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2015. 58p.

HOFBAUER, Andreas. **Ideologia do branqueamento: racismo à brasileira?** in Uma história do branqueamento ou o negro em questão, 1999. Disponível em <<https://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/7079.pdf>> Acesso em 23 de maio de 2022.

HOFBAUER, Andreas; MUNANGA, Kabengele. **Uma história de branqueamento ou o negro em questão**. 1999. Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999. Disponível em <<https://repositorio.usp.br/item/001069075>> Acesso em 23 de maio de 2022.

INADI, Instituto Nacional contra la Discriminación, la Xenofobia y el Racismo. **Argentina también es afro**. Buenos Aires, 1 ed. Disponível em <<https://www.educ.ar/file/%240ff4dc8e25ba053217121edf9f2b14dde302498e3ea033d8df45523408aeebbe>> Acesso em 23 de maio de 2022.

KOEHLER, Ana Luiza Goulart. **Modernização periférica: a segregação da população negra e o modelo haussmanniano no Brasil**. IHGRGS, Porto Alegre, n. 155, p. 61-75

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil- identidade nacional versus identidade negra**. Tese de livre docência em Antropologia, USP, 1997.

NOVAES, Bruna Portella de. **Embranquecer a cidade negra: gestão do trabalho de rua em Salvador no início do século XX**. Brasília, 2017.

PECAUT, Daniel. **Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação**. São Paulo: editora Ática, 1990, 335 p.

PELEGRINI, Carolina Vieira. **O embranquecimento da nação miscigenada: a representação brasileira na feira internacional de Nova York, 1939-1940**. UNB, 2014.

PEREIRA, Bárbara Cristina Silva. **Branqueamento, mestiçagem e “democracia racial”:** desdobramentos de um racismo à brasileira, 2019. Disponível em <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2019/images/trabalhos/trabalho_submissaoId_142_1425c7ad6e15e6d4.pdf> Acesso em 23 de maio de 2022.

PEREIRA, Paulo José dos Reis. **A Política Externa da Primeira República e os Estados Unidos: a atuação de Joaquim Nabuco em Washington (1905-1910)**. Hucitec, 2006.

PERLATTO, Fernando. **Joaquim Nabuco e o Abolicionismo**, 2010. Disponível em <<https://www.ufjf.br/virtu/files/2010/05/5a-3.pdf>> Acesso em 23 de maio de 2022.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina**, 2005. Disponível em <http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_QUIJANO.pdf> Acesso em 23 de maio de 2022.

REIS, José Carlos. **As Identidades do Brasil: de Varnhagem a FHC**. 9 ed. ampl. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007. 280 p.

REIS, Fernando Guimarães. **Por uma academia renovada** : formação do diplomata brasileiro. Brasília : FUNAG, 2013.

RICUPERO, Rubens. **A diplomacia na construção do Brasil: 1750-2016**. 1. ed. Rio de Janeiro: Versal, 2017. cap. 6, p. 253-340.

RODRIGUES, José Honório **Aspirações Nacionais: Interpretação histórico-política**. Fulgor, 1963/65.

RODRIGUES, José Honório. **Interesse Nacional e Política Externa**. Civilização Brasileira, 1966.

SANTOS, Norma Breda dos. **Política exterior da Velha República: 1889-1930**. Revista de informação legislativa, v. 28, n. 111, p. 253-270, jul./set. 1991. Disponível em <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/175905>> Acesso em 27 de maio de 2021.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Lima Barreto: triste visionário**. São Paulo, Companhia das Letras, 2017.

SKIDMORE, Thomas E. **Preto no branco**: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro.
Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1976.

SILVA, Pedro Santos. **Afonso Henriques de Lima Barreto e o mito da identidade nacional**, 2014.

APÊNDICE A

Exposição do Centro Cultural dos Correios- Rio de Janeiro, dezembro de 2021.



Obra: Margarida, de John Rocha. Óleo sobre tela.

O problema “pardo”: categorizações para o negro que eu, como estudante e recém informada racialmente, busco sentir: assimilar e entender.

Dentro do curso de Relações Internacionais, não é novidade a influência hegemônica dos Estados Unidos da América, fortalecida a partir do início do século XX e consolidada após as duas grandes guerras. Nesse trabalho foi novamente retomado o eixo dessa aproximação em cenário das décadas iniciais da primeira república brasileira, ao passo que a instituição escravocrata havia acabado de ser formalmente²³ extinta. É de se indignar o quão pouco tempo há de toda a barbaridade acontecida e, nítido, também o seu esquecimento conveniente.

²³ Apesar da palavra parecer ter uma colocação de redundância, o que quero é dar ênfase para a distinção do que é “formal” para o que é prático. A situação de barbárie seguiu para grande parte da população preta sendo marginalizada e esquecida à mercê de qualquer sorte nos subúrbios, o que não é apenas mera coincidência econômica, e sim, como demonstrado neste trabalho, também resultado de esforços de mascaramentos de cunho racial.

As comparações e tentativas de aproximação aos Estados Unidos (EUA) seguiu as distorções do que se interpretava racialmente em relação ao país. Por se falar em elites dirigentes, em ambos os estados, a aproximação deveria ser a branca europeia. O sucesso tanto dos EUA ou mesmo a concorrência vista em relação à vizinha Argentina, vinha com a noção da descendência branca de sua população. Para se inserir no jogo de forças internacionais assim como nas aproximações para angariar recursos e logísticas quaisquer, quantas não foram as tentativas brasileiras de parecer mais branco?

Caiação, “dar branco à cara”, o que dizia José Honório Rodrigues. Assim me vejo como brasileira tendo crescido em formação social como “parda”. Ainda hoje sinto a negação e tenho medo. Tenho medo de enunciar ao que pertenço e, como em tantas... ser mais uma vez: desapropriada. “Dar branco à cara”, nosso medo elitizado de nossas raízes, e as teorias europeias internalizadas. Ai. De todos os lados há o medo.

Sobre ser branco, os que carregam apenas esse traço: latinos. Latino não me basta. Quero ir além, é sobre carregar traços. Adiante, ao encaixar-se no termo “pardo” e carregar o tom “latino” ou mesmo da “América Latina”, como diria Lélia Gonzalez: pode-se acessar lugares. Isso não sabendo-se negro, ou caso saiba: despertencido. O colorismo e a exceção, tolerância. Contudo, a tolerância que custa, pois, se para o branco é confortável que você seja “claro demais” para ser negro, e portanto, repellido na nomenclatura; para alguns outros grupos é ambíguo que, talvez, também não sirva. Tenho medo da aceitação com minha gente preta.

Não quero ocupar lugares que não pertenço, apropriar-me de vozes que não são minhas. Por isso temo. Quero sim ser acolhida e retomar a consciência daquilo que, não por mera coincidência, perdemos. E é por isso que me engasga que quero deixar aqui este anexo. Será que o alcance acadêmico e seu modo de fazer também está mudando para tal querer aqui ser possível? Por fim, retomo citações para chegar ao ponto em que, depois de demonstrada a vulnerabilidade, quero chegar. Trago citações para embasar meus argumentos.

Enquanto Skidmore (1976) demonstra as “tolices” argumentativas enunciadas por João Batista de Lacerda, em comparação das atitudes de brancos europeus perante a mestiçagem no Brasil e nos Estados Unidos, o primeiro autor aborda a miscigenação como uma prática também acontecida na insurgente potência do norte. Segundo Skidmore, com dados elencado em seguida, “os americanos sempre praticaram livremente a miscigenação”, entretanto, segue o que certamente marca a diferença de percepção em termos raciais do

Brasil, assinala o autor “não é o fato da miscigenação, mas no reconhecimento ou não-reconhecimento dos mestiços como grupo separado, que reside a diferença” (1976, p. 87).

Seguindo esses mesmos termos e, em tentativa de tornar mais nítida a contribuição, Skidmore (1976) alega que, a diferença que se pode elucidar entre a prática de miscigenação no Brasil e nos EUA, não é que no primeiro havia simplesmente a “não hesitação” para relacionamentos inter-raciais, enquanto que, no segundo era, por iniciativa de “manter a pureza da raça anglo-saxã” menos deliberada. O que acontece em relação à existência dos mestiços e, portanto, a noção de uma “nação miscigenada”, tem a ver com o reconhecimento desse grupo na categoria como “branco”, “negro” ou... “mestiço”. A categoria “mestiço” ou “mulato”, não foi usada no Brasil como foi nos Estados Unidos.

Para além disso, uma série de considerações são importantes nos temas abordados no parágrafo acima. Faz-se relevante destacar que aqui não se considera a noção de democracia racial, a qual alega esses relacionamentos inter-raciais de modo dado e consentido. Seguidamente, são inúmeras as distinções de tratamento da questão racial por parte estatal no Brasil e nos EUA, entre elas, o próprio número de desembarque de pessoas pretas escravizadas trazidas de países africanos. Por fim, quero recortar o assunto para, novamente, referir-me às questões de apagamento de pertencimento racial com o termo “pardo” para se referir a esses “mestiços” ou “mulatos” no Brasil.

Se nos Estados Unidos a população negra pode ser encarada como minoria, não pode, na realidade, ser encarada do mesmo modo no Brasil. Por pesquisa em autodeclaração a partir do IBGE, e lembrando o desembarque de quatro milhões de pretos no Brasil durante a época de barbárie da escravização, a população negra no Brasil é maioria. Já é maioria na pasma consciência que se tem sobre termos raciais. E quando pudermos descobrirmo-nos então, além de “morenos” com todos os “inhos”, além de “branco escuro”, “cor de jambo”, “queimados do sol”, ou qualquer coisa análoga; não se sabe a totalidade da população com sua pele negra.

Cresci sendo “quase branca” para a família da minha mãe, muitas vezes sendo acusada injustamente. Cresci sendo “não tão preta” para a família, parentes e conhecidos do meu pai. Cresci rindo, falando acerca de mim mesma “não estou bronzeada, minha família materna é preta e a família do meu pai é branca (brasileira/latina), eu sou assim café com leite”. Rindo, eu já disse acerca de mim mesma: “nasci encardidinha”. Encardida... então era assim que

desde de criança era visto meu joelho trincado e “sujo”? Claro, porque assim era meu pertencimento ao branco.

O branco que é ideal e ponto de partida. O pardo que apaga, e o preto que é sujo. Sim, em outros escritos revelo que já envergonhei-me de mim, e da minha própria família materna, pela pobreza atrelada à cor de pele. Não era consciente, mas era a partir do que eu era desprovida de saber aos 11 anos de idade. Quando pude ter consciência dos resquícios de longuíssimos anos da escravização de pessoas pretas, praticada no nosso país? Acabou há pouco mais de 130 anos. São duas gerações de 70 anos hoje em dia? Três ou quatro gerações da idade máxima em expectativa de vida da época? Qual o parentesco dos meus avós com essas pessoas que foram escravizadas? Desde sempre desapropriadas... o que foi feito desde então? Agora é que houve cotas reservadas nas universidades públicas?

Eu sou essa cotista de renda, escola pública e “afrodescendência”. Foi em 2019, em uma das reuniões de monitoria na qual iniciava-se o projeto transversal de “Ensino das Relações Étnico Raciais nas Relações Internacionais”, que vi a notícia estampada com slide na parede da sala: “Negros são maioria nas universidades públicas brasileiras: pretos e pardos compõem 51% dos alunos”.²⁴ *Pardo...* é negro? Para quem lê de fora, pode parecer algo óbvio. Para mim, para minha família... minha avó (Lia passadeira), meu pai (que estudou até a quarta série), e uma vastidão de outras pessoas com as quais convivo e convivi: “óbvio” é o que não é.

Saber-me “afro-descendente” é muito distinto de saber-me negra. Afrobrasileira é um lugar de possibilidades e construção muito distinto do que o que “qualquer um pode ser” como “descendente de negros”, por ter nascido brasileiro ou latino. A consequência material que é mais palpável, além de muitas outras, está aí estampada. E novamente, ao pesquisar sobre essa inquietação: não é assim “tudo tão inocente”, acontecido por “mera coincidência” de afastamento de cultura e consciência das nossas origens.

Identidade é sim um lugar complexo e mutável, isso sequer chegando ainda no que se entende como “identidade nacional” que, pelo ser “exótico” ou mestiço... na mulher de biquíni e em algum formato de corpo tido atualmente como o padrão, eu me encaixaria

²⁴Notícia de jornal

<[68](https://agenciabrasil.etc.com.br/geral/noticia/2019-11/pela-primeira-vez-negros-sao-maioria-no-ensino-superior-publico#:~:text=Segundo%20o%20IBGE%2C%20as%20matr%C3%ADculas,e%20pardos%20somam%2050%2C%25&text=Apesar%20desta%20parcela%20da%20popula%C3%A7%C3%A3o,em%20universidades%20e%20faculdades%20p%C3%ABlicas.></p></div><div data-bbox=)

perfeitamente. Identidade em termos propriamente da construção pessoal, é um lugar complexo. Contudo, entenda que tenho alguma noção disso e, este excerto, não é para defender meramente o que podem dizer com “identitarismo”. Não estou narrando que, apenas por ter sido informada recentemente sobre ser negra, é que agora “tenho que lutar contra o racismo”. Não é isso.

Para iniciar, adoto a visão do racismo como algo estrutural, contra o qual, individualmente, não posso mudar muito. Neste momento, estou falando acerca da importância da tomada de consciência, de outro lugar a ser ocupado. Estou tentando abordar o que é inquietação e que, algum dia, quero ter a segurança de dizer algo sem ser o “quase”. Novamente uma narrativa “clichê” quando se toca no debatido assunto do *colorismo* que parece não resolver muita coisa. O problema do acesso aos debates é mais um tema.

Entretanto, agora, retorno a uma posição que parece, novamente, muito pessoal: naquilo que faço, preciso de alguma verdade sentida internamente. Em posição própria, não adianta o IBGE, de repente, me dizer sobre a categoria na qual estou presente. Quero pertencimento assimilado, talvez seja mesmo através dessa vulnerabilidade dos “pardos” compartilhada, e processo histórico de desenraizamento conhecido, é que possamos sentir o resgate de lugares que sim, nos pertence. Lugares a que nós pertencemos.

Talvez seja também nesse ponto que as obras culturais façam toda a diferença. As escritas de Lima Barreto trazem sim identidade, esse jovem pobre e preto, cujo termo “mulato” é bem sentido como ofensa, traz sim uma consciência que talvez a mera teoria acadêmica não seja capaz de atravessar. Quando o mesmo registra que “as lágrimas escorreram e eu pensei comigo: a pátria”, mostra a realidade contra a tal “democracia racial” e, uma humanidade que transpõe os tempos e a dolorosa experiência que não está relegada a um século atrás.

Em outros espaços cuja sensação já registrei, de algum modo, já sentia comigo: nunca serei acadêmica o suficiente para apenas falar de dados, por outro lado, também não sou aquela que estará apenas nos romantizados sentimentos das historinhas de superação. Quero entendimento de mundo, isso é o que me significa, e não acredito nesse entendimento “puro”, branco, cartesiano, da separável “razão”...

Ainda assim, sei bem, e tento me manter sabendo, que não sou métrica. Sou mais uma manifestação. Que bom neste trabalho poder ter trazido a voz de um preto *silenciado*, que

bom aqui tirar das entrelinhas, ainda no formato mais corriqueiramente acadêmico, o debate de raça que está presente nos autores que são cânone no estudo da política externa brasileira, no período delimitado. Agradeço em mais um momento de trabalho poder sentir algo de verdade naquilo que faço, nunca em termos absolutos, mas de algo que pode ser sentido e não apenas teorizado. Escrevo hoje, ainda 05/05/2022 no horário do meu computador que ainda leva o pertencimento ao Brasil e me ajuda nas reuniões, e em local físico, já passo das 02:38h de 06/05, utilizando de bom modo as madrugadas em Portugal.

Por fim, relativo a todo o relato acima e referente às discussões trazidas neste trabalho, quero encerrar com a noção a seguir. Nessas mesmas páginas em que Skidmore (1976) relata sobre as comparações do Brasil com os EUA, é trazida a postulação do diplomata de carreira, também passado por Washington, Oliveira Lima. Em livro publicado pelo intelectual, o primeiro capítulo consistia no título: “o problema negro” (1890). Acerca das noções presentes no livro de Oliveira Lima e relativo ao que Skidmore é crítico e tenta comprovar como “opinião corrente”, finalizo este trabalho deixando registrada a condensação dos ideais a seguir:

Não há perigo, como diz o sr. Oliveira Lima, de que o problema negro venha a surgir no Brasil. Antes que pudesse surgir seria logo resolvido pelo amor. A miscigenação roubou o elemento negro de sua importância numérica, diluindo-o na população branca. Aqui o mulato, a começar da segunda geração, quer ser branco, e o homem branco (com raras exceções)... acolhe-o, estima-o e aceita-o no seu meio. Como nos asseguravam os etnógrafos, e como pode ser confirmado à primeira vista, a mistura de raças é facilitada pela prevalência do elemento superior. Por isso mesmo, mais cedo ou mais tarde, ela vai eliminar a raça negra daqui. É óbvio que isso já começa a ocorrer. Quando a imigração, que julgo ser a primeira necessidade do Brasil, aumentar, irá, pela inevitável mistura, acelerar o processo de seleção. (VERÍSSIMO *apud* SKIDMORE, 1976, p. 90).

APÊNDICE B

Fragmentos do trabalho final realizado para a disciplina de Língua e Literatura: ofertada pelo Departamento de Metodologia da Educação²⁵, ministrada no curso de Pedagogia.

No meu caso, a disciplina de Língua e Literatura não é obrigatória. E com certa licença poética para escrever em subjetividade neste trabalho, separo este campo para atribuir a importância do assunto e das atividades para mim. Como já dito em um primeiro encontro, no qual não conhecia ninguém, inclusive na confusão do curso de Pedagogia com Letras, inicialmente o assunto tem “nada a ver com nada” para a minha formação. Mas repito, apenas inicialmente.

Entrelaçada às Relações Internacionais, a Literatura com seu aspecto de caracterização através da ficção e verossimilhança, assume papel em formular o imaginário de pessoas que atuam frente aos Estados, e do público para apoiar e se empenhar em certas ações, como na máxima da criação das RI: a guerra. A literatura pode tanto legitimar e incentivar ações em sua época de elaboração, como pode servir para ilustração de sociedades e pensamentos em épocas mais remotas, ambos que vão ao encontro do interesse dos estudos das ciências sociais, onde se encontram as Relações Internacionais. É um modo de se verificar como teorias abstratas se elucidam na prática, no pensamento, nas pessoas que escrevem e são escritas nas obras literárias.

Para além de fins acadêmicos - o que também não está desvinculado deles - a revelação do campo da literatura para mim, foi como cura. É indubitável o meu amor pelo meu curso, mas como talvez possa ser sugestivo, ele é pesado. Surgiu de guerras. O peso para mim, tem a ver com as catástrofes humanas, as quais me tocam profundamente. Sensibilidade e algum grau de conhecimento às vezes remontam a certo tipo de tortura. A tortura do pensamento. Decepção com o funcionamento de mundo, com a realidade social que é complexa e está aquém do nosso alcance. Desse modo, a literatura se revelou para mim como cura na medida em que é possível expressar sentimentos na escrita, na leitura. Duas ações que não passo um dia sequer sem efetuar-las.

Dentre tantas coisas que poderia falar, mas que aqui tentarei não ocupar mais de duas páginas, pelo cerne das questões acima, decidi cursar Língua e Literatura. Decidi

²⁵ Todas as disciplinas extracurriculares foram cursadas no vasto Campus I da UFPB.

independente das horas serem computadas para o meu curso. Decidi, sobretudo, por vontade. Descobri a necessidade. E vendo o amor da professora pelo o que ensina, fui percebendo a cada aula, como me permiti exatamente ao que precisava. Virou inspiração.

Inicialmente, para mim, pareceu um tanto complicado e meio “decoreba” tentar pesquisar sobre cada escola literária. É um assunto que quase não é transposto para outros campos e tinha visto apenas de forma obrigatória no ensino médio, ou em qualquer leitura rápida para o Enem. Acontece que para além das errôneas primeiras impressões, as escolas literárias estão diretamente entrelaçadas com a própria história da literatura e elucidam maneiras de escrever e enxergar o mundo de cada época. As escolas literárias englobam as produções de determinado tempo, no qual estas assumem características que se aproximam e formam uma estética que pode ser diferenciada de outras. Cada escola tem suas características específicas, e a divisão da literatura nas mesmas, consiste na facilitação do estudo e entendimento do seguimento do processo literário.

Assim, partindo da minha concepção formada para as ciências sociais, vim a cada atividade sobre escolas literárias, consolidando o pensamento de entrelace entre os fenômenos históricos e a sua expressão na literatura. Em âmbito subjetivo, pude também ver a expressão escrita como um ponto de cura para determinadas autoras e autores. Ao enxergar problemas sociais e ver-se com um indivíduo restrito dentro deste âmbito, a escrita ou a leitura, são como um ponto de fuga ou mesmo um fio de esperança. Claro, isso para quem se envolve e preocupa com questões humanistas.

Nesse aspecto, posso rejeitar as noções impregnadas pelo Quinhentismo e Barroco, preferir a simplicidade e a busca pela clareza e equilíbrio junto à natureza do Arcadismo. Em algumas de suas características, prefiro também fugir do movimento romântico e recusar a mulher ideal, o nacionalismo que causa atrocidades e o tipo de religiosidade que prega absurdos. Me agrada mesmo o Realismo no qual há a escrita como combate social, a crítica ao excesso de aquisições fúteis e até a possibilidade de análise psicológica dos personagens. Me atrai o naturalismo e sua elucidação de pessoas marginalizadas, ao mesmo tempo que também me repulsa seu determinismo.

Não me aproximo do que é Parnasiano. A forma puramente pela forma não me ressoa. Para mim, de nada vale. Não tem razão de ser. Gosto mais da poesia desmistificada, e até pela

possibilidade de expressão da dor e revolta²⁶ que, quando dispostas em conjunto, podem culminar em verdadeiras mudanças. Gosto do simbolismo. Ah, o modernismo como escola literária então talvez seja meu lugar, mas não de forma anárquica. O modernismo pode ser meu ponto de encontro enquanto se caracterizar como a escrita de um espírito irreverente, polêmico e talvez destruidor de concepções que, postas em prática, podem ser tão prejudiciais. Como distinguir tão variadas postulações do termo “modernidade”?

Meu embate e visão de mundo partindo das ciências sociais poderiam se desdobrar em vários âmbitos, mas também exigiria maior e mais atenta análise de aspectos pormenores. Assim finalizo aqui a descrição da realização dessa atividade. Em duas palavras as quais possibilidades literárias me provocam: surpresa e empolgação.

²⁶ A sugestão artística de Emicida e sua música “Levanta e anda”, a qual precisei escutar bastante para conseguir levar este trabalho ao fim.